



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

FRAGILIDADE, CONFLITO E VIOLÊNCIA URBANA NO NORTE DO
KIVU: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS CRIANÇAS QUE VIVEM
NAS RUAS DA CIDADE DE GOMA

SARA DOS SANTOS MARTINS PERES DIAS

ORIENTAÇÃO: PROFESSORA DOUTORA JOANA PEREIRA LEITE

FEVEREIRO DE 2019

RESUMO

Esta dissertação aborda a problemática de conflito no Norte-Kivu – contextualizando os acontecimentos na região à luz da trajetória histórica na RDC e reflectindo sobre as suas causas e consequências. No campo das causas, explora-se a inter-relação entre recursos minerais, conflito e grupos armados bem como a causalidade entre a inexistência de infraestruturas e a violência. No campo das consequências esta dissertação toma como estudo de caso exploratório a problemática das crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Goma, procurando relacionar a existência de um número elevado de jovens nestas circunstâncias, com a dinâmica de violência e conflito na região.

Conclui-se que o número substancial destas crianças na região resulta da complexidade e perpetuação do conflito no Norte-Kivu a partir de 1994 com o Genocídio do Ruanda. Conclui-se também que esta dinâmica de conflito pode ser interpretada à luz da actor-network-theory e da teoria da viabilidade, como decorrente não só da existência de recursos naturais que alimentam os grupos armados na região, mas de dois factores fundamentais: i) a viabilidade (para lá da ganância e ressentimento) na formação de grupos armados - através do acesso ao armamento e financiamento e ii) a inexistência de infraestruturas e da materialização do Estado na região.

Palavras-Chave: norte-kivu; RDC; protecção na infância; infraestruturas; recursos minerais; conflito

ABSTRACT

This dissertation addresses the issue of conflict in the North-Kivu region - contextualizing events in the region in light of the historical trajectory in the DRC and reflecting on its causes and consequences. In the field of causes, we explore the interrelationship between mineral resources, conflict and armed groups, as well as the causality between the inexistence of infrastructures and violence. In the field of consequences this dissertation takes as an exploratory case study the problem of children and adolescents living on the streets of the city of Goma, trying to relate the existence of a large number of young people in these circumstances, with the dynamics of violence and conflict in the region.

It is concluded that the existence of a substantial number of young people in the region results from the complexity and perpetuation of the conflict throughout North Kivu since 1994 with the Rwandan Genocide, and that this dynamics of conflict can be interpreted in the light of the actor-network-theory and feasibility theory, as a result not only of the existence of natural resources that feed the armed groups in the region, but of two fundamental factors: i) the viability (beyond greed and grievance) in the formation of armed groups - through access to weapons and funding (ii) the lack of infrastructure and the materialization of the State in the region.

Keywords: north-kivu; DRC; child protection; infrastructures; mineral resources; conflict;

*Dedicado à memória do meu Avô,
Eugénio dos Santos Martins*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Joana Pereira Leite pela aprendizagem ao longo do Mestrado e por compreender as minhas limitações e ausência de Portugal ao aceitar orientar-me. A todos os Professores e colegas do Mestrado com quem aprendi a olhar para o Desenvolvimento sobre outras perspetivas.

Este texto é de alguma forma resultado de reflexões feitas ao longo dos anos com vários amigos com os quais me habituei a pensar e a discutir apaixonadamente muitos temas: à Rita, Maggy, Alex, Tiago, Clara, Margarida, João, Carlota, Luís que representam todos.

A temática escolhida é fruto da minha passagem por Goma na RDC em trabalho com os Médicos Sem Fronteiras. Agradeço aos MSF como colectivo e a todos os companheiros das Bases de Goma e Masisi com quem aprendi tanto sobre este país. Ao Peer, à Mif, Coline, Camille, Daniel, Amandine, Jeremie, Casiana e Tom pelo debate e partilha da mesma inquietação. Agradeço também na UNICEF ao Ian, Alexandra e David pelo trabalho desenvolvido na área da protecção social das crianças que muito me inspirou e alimentou as minhas reflexões. Agradeço a todos os que aceitaram ser entrevistados e me fizeram questionar as minhas próprias assumpções.

À família, aos meus pais em particular que nos ofereceram as condições para descobrir o Mundo; aos meus irmãos pelo companheirismo e à minha Avó pelo exemplo de vida e todo o apoio. À Carolina por ser uma inspiração. Ao Pat por estar sempre presente.

A todas as crianças como aquelas que conheci em Goma – por serem como dizia Amílcar Cabral, a flor da nossa luta – que as saibamos proteger e cuidar.

Índice

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONTEXTUALIZACAO DA RDC E DA REGIÃO	
2.1 – A construção da nação Congolese	10
2.2 - Para uma compreensão do conflito na RDC	
2.2.1 Conflito e Recursos Minerais	16
2.2.2 Grupos Armados no Norte-Kivu.....	19
2.2.3 Economia dos <i>Roadblocks</i>	21
3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
3.1 Violência e Conflito	
3.1.1 Greed, Grievance e Feasibility.....	22
3.1.2 Contrato Social, Infraestruturas e <i>Good-Governance</i>	24
3.2 Proteção na Infância	
3.2.1 Família e Vinculação.....	28
3.2.2 Direito à Proteção Social.....	30
4 ESTUDO DE CASO EXPLORATÓRIO	
4.1 Enquadramento	31
4.2 Contextualização das crianças que vivem na rua na cidade de Goma	33
4.3 Apresentação de resultados das entrevistas	36
5 CONCLUSÕES	41
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
7 ANEXOS	47

“Nous ne sommes pas seuls. L’Afrique, l’Asie et les peuples libres et libérés de tous les coins du monde se trouveront toujours aux côtés de millions de congolais qui n’abandonneront la lutte que le jour où il n’y aura plus de colonisateurs et leurs mercenaires dans notre pays. A mes enfants que je laisse, et que peut-être je ne reverrai plus, je veux qu’on dise que l’avenir du Congo est beau et qu’il attend d’eux, comme il attend de chaque Congolais, d’accomplir la tâche sacrée de la reconstruction de notre indépendance et de notre souveraineté, car sans dignité il n’y a pas de liberté, sans justice il n’y a pas de dignité, et sans indépendance il n’y a pas d’hommes libres.”

Patrice Lumumba, Prisão de Thysville, 1960¹

¹ Última carta conhecida do autor, escrita no cárcere para a sua mulher Pauline Lumumba pouco tempo antes do seu assassinato.

1. INTRODUÇÃO

Quarenta e oito anos depois da declaração de independência, a RDC de uma riqueza natural e cultural extraordinárias e enorme potencial económico na região em que se encontra, continua a ser um país marcado pela instabilidade política, violência e conflito armado², especialmente na parte Este do território – região Norte do Lago Kivu.³

O povo congolês, que conseguiu por via da luta a conquista da liberdade e rutura com o passado colonial – é um povo que continua cativo de um contexto de desastre humanitário e confronto entre grupos armados por todo o território. Nos anos recentes, milhões de refugiados internos fugiram das suas regiões de origem procurando abrigo, longe dos focos de guerrilha – vejamos o exemplo da região de Tanganika e do Grande Kasai de onde mais 1,8 Milhões de pessoas fugiram no ano de 2017.⁴ A situação dramática dos IDP⁵ na RDC é reveladora do contexto de violência profunda no país.⁶

Sabe-se hoje, que na década de 1998 a 2007, a RDC, especificamente a região de Bunia no Este do país, foi palco de uma das maiores catástrofes desde a II Guerra Mundial – mais de 5 milhões de pessoas foram mortas neste período resultado do clima de guerra civil e confrontos na região.

Observamos, no entanto, que, apesar destes trágicos números e da grandeza da extensão do território congolês (o maior país da África subsariana fazendo fronteira com nove diferentes Estados⁷), a RDC é também um dos países com menor destaque nos media relevantes. Ainda que a sua larga população de mais de 77 milhões de pessoas⁸

² a RDC ocupa o primeiro lugar no *State Fragility Index de 2016 do CSP (Center for Systemic Peace)* e o quinto lugar como estado frágil no Relatório *States of Fragility 2018* da OECD.

³ ver figuras 1 e 2

⁴ Relatório Internacional MSF 2017

⁵ Internally Displaced People

⁶ segundo dados da ONU (Relatório de Desenvolvimento Humano 2017) a RDC registou em 2017 4.480 mil refugiados internos - terceiro lugar na tabela mundial antecedida pela Colômbia e pela Síria.

⁷ Angola – enclave de Cabinda, Congo-Brazaville, República Centro Africana, Sudão do Sul, Uganda, Rwanada, Burundi, Tanzania, Zambia e Angola território-mãe

⁸ Dados World Bank

constitua, juntamente com o vasto espectro de recursos minerais que se encontram sobretudo na região do Kivu (ouro, titânio, coltan entre outros), um enorme potencial e capital de recursos humanos e naturais, que poderiam colocar este país na linha da frente como *driver* do desenvolvimento económico da região, este é um país que continua a estar no fundo da tabela do índice de desenvolvimento humano⁹.

O presente trabalho de investigação tem como objetivo central a análise do contexto no Norte Kivu – aprofundando a discussão sobre recursos minerais e conflito, tentando observar por um lado, o processo histórico e a conflitualidade permanente que marca a história da RDC, desde o período da sua colonização, quais os fatores que explicam a motivação e constituição de grupos armados, [em concreto no panorama do Norte Kivu] e, finalmente, observar aquele que consideramos como um dos impactos desta dinâmica de conflito, analisando de forma exploratória a questão do número elevado de crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Goma – correlacionando esta problemática com o contexto de violência armada que assola o território há várias décadas.

A relevância do estudo do fenómeno da violência e conflito no Norte Kivu, incidindo sobre a violência urbana e a problemática anteriormente descrita prende-se com vários fatores: i) a compreensão e análise das dinâmicas locais inerentes à proliferação dos grupos armados, poderá contribuir para a reflexão sobre estratégias de prevenção de conflito e maior exposição do contexto do Norte Kivu ii) o facto de um grande número de crianças e adolescentes viverem nas ruas de Goma, cria uma situação drástica e urgente evidenciando que esta temática não é prioritária e necessita de maior exposição, que incentive a reflexão e ação sobre soluções para o problema (não existe ainda suficiente literatura elaborada sobre o tema) iii) esta questão, pela sua complexidade, necessita de uma resposta integrada e sistémica, pensada a longo prazo, bem como uma ação

⁹ A RDC ocupava em 2017 o lugar 176 num total de 189 países analisados no Relatório de Desenvolvimento Humano.

coordenada entre os vários atores no terreno. Assim, este trabalho pretende apontar algumas possibilidades de ação futura na dinâmica humanitária existente.

Pela complexidade do tema, a abordagem escolhida tem como base contributos de alguns pensadores na área da Economia Política, das Relações Internacionais e dos Direitos Humanos - em específico na proteção da infância e ainda da Psicologia.

A dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos: no primeiro faz-se uma contextualização detalhada da trajetória histórica do país que nos parece fundamental visitar para a compreensão crítica conjuntural da situação presente da RDC e do Norte Kivu; o segundo capítulo enquadra a problemática em questão, aprofundando conceptualmente alguns conceitos-chave (recursos naturais e conflito; ganância, ressentimento e viabilidade¹⁰, direitos humanos na perspetiva da proteção na infância), os quais nos permitem as bases para a construção de um quadro teórico/ leitura adequados. No terceiro capítulo apresentamos o estudo de caso exploratório – uma análise do contexto de Goma e da problemática em questão elaborada a partir de dados recolhidos através de entrevistas e leituras. Finalmente, o último capítulo trata das principais conclusões desta dissertação exploratória apresentando pistas para futura investigação. Nos anexos encontram-se documentos complementares, nomeadamente cartografia e a nota metodológica (ver pág. 51)

¹⁰ (tradução dos termos greed, grievance and feasibility utilizados por Collier e Hoeffler)

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA RDC E DA REGIÃO

2.1 A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO CONGOLESA

A RDC ocupa uma larga extensão de território na região equatorial africana¹¹ correspondente a dois terços do subcontinente indiano e à quase totalidade da Europa Ocidental.

Foi em 1482 em Mbanza Kongo, hoje região de Angola que os habitantes locais observaram pela primeira vez a chegada de caravelas, nas quais navegadores portugueses carregados de roupas e estranhos ornamentos se apresentaram e estabeleceram os primeiros contactos. Diogo Cão, ao serviço de D. João II, estava em expedição para traçar uma rota marítima mais rápida para a Ásia e havia nessa altura ancorado em Cabinda onde encontrou um grande estuário (Rorison, 2012). Após a travessia de 150km rio adentro, os navegadores portugueses estabelecem contacto com os locais.¹² Quando os portugueses lhes perguntaram o nome do rio, os locais responderam “Nzadi” (que significava apenas rio) um nome erradamente transcrito pela cartografia para Zaire (Van Reybrouk, 2015) – perpetuando um erro fonético que desde então caracterizou a região e que foi mais tarde, já no mandato de Mobutu, recuperado para nome oficial do país: República do Zaire (1971 a 1997) no contexto da implementação da cultura e ideologia políticas da “*authenticité*”.¹³

As intensas trocas comerciais intercontinentais fizeram com que ainda antes do Século XVI o Reino do Congo tivesse estabelecido embaixadas em algumas cidades europeias. O cerne das trocas - o comércio de seres humanos, continuou a ser feito em larga escala transportando regularmente pessoas do interior do continente para o Brasil

¹¹ Mais precisamente 2.3 milhões de km² (world fact book CIA)

¹² Inscrições nas pedras de lelala comprovam a presença dos navegadores.

¹³ Ideologia e campanha com o objectivo da anulação e negação do passado colonial – Mobutu com o objectivo de fortalecer a identidade nacional recusando a utilização do francês na terminologia estatal utilizando vocabulário mais “autêntico” recuperando dialectos tradicionais.

e São Tomé e Príncipe. A partir do Séc. XVI, torna-se, no entanto, evidente um certo declínio do Reino do Congo, assolado por divisões internas que dificultam o estabelecimento de uma autoridade territorial coesa. Esta dispersão de poder em muito beneficiou as potências europeias, que conseguiram assim melhor salvaguardar o seu domínio do comércio de escravos na região. (Rorison, 2012). O comércio de escravos transatlântico aqui estabelecido, situa-se entre os Séculos XVI e XIX – estima-se que ao longo de uma faixa de 400 km na orla costeira africana (em que a bacia do Congo era palco de intensa atividade) foram transportadas 4 milhões de pessoas correspondendo a praticamente um terço da totalidade de escravos traficados. ((Van Reybrouk, 2015))

O mistério do Rio Congo que pelas suas características naturais tinha provocado o insucesso de inúmeras missões exploratórias, acabou por criar uma aura de renovado interesse na região a partir do Século XIX. Para lá dos desafios naturais que se apresentavam, a importância deste eixo deve-se ao facto do mesmo ser efetivamente o centro do comércio internacional de escravos, que impactou toda a África Central. Estas trocas comerciais abalaram as estruturas sociais tradicionais, criando novos ofícios (de mercadores) e novas dinâmicas de poder, nas quais os laços políticos baseados na tradição familiar foram substituídos por alianças económicas entre comerciantes (Vansina, apud Reybrouck, 2015)

Para além dos europeus, também a influência árabe é presente a partir de meados do século XIX. Com o estabelecimento do sultanato de Oman em Zanzibar a partir de 1832, esta Ilha tornou-se uma plataforma essencial na rota de comércio de escravos centro africanos para a Península Arábica, o Médio Oriente, a Índia e a China. A partir de 1850 partem dessa ilha inúmeras caravanas expedicionárias rumo ao interior do continente em direção ao Lago Tanganyika. Uma das figuras mais importantes deste período seria o comerciante de escravos e marfim Tippu Tip, conhecido pela enorme

riqueza, mas também pela violência com que atacava vilas na região. (Van Reybrouck, 2015)

É neste cenário que um monarca de um minúsculo país europeu e um jornalista americano começariam a traçar um novo capítulo da história centro-africana. Anos antes da Conferência de Berlim já Leopoldo II, rei da Bélgica iniciava o seu projeto secreto de anexação colonial. Em 1876 cria a AIA “*Association Internationale Africaine*”, que mais tarde deu origem à AIC “*Association Internationale du Congo*”. É neste contexto que Leopoldo contacta o jovem Henry Stanley em 1879 (ainda antes da Conferência de Berlim) convidando-o a liderar uma expedição humanitária no Congo.¹⁴

O que Stanley fez na sua segunda jornada pela África Central foi substancialmente diferente da sua primeira incursão africana, enquanto jornalista e explorador que atravessou pela primeira vez este continente de Oeste a Este. A pedido de Leopoldo, Stanley estabeleceu durante 5 anos vários entrepostos ao longo do território e negociou com cada chefe tribal (à semelhança do que já haviam feito comerciantes na região, os quais, tinham acesso à utilização de terra para fins comerciais em troca de pagamentos regulares). A diferença do projeto de Leopoldo é que a sua motivação é desde o início não apenas comercial, mas política – o rei Belga forçou a concessão de terras por tratado e a captura dos direitos totais de utilização daqueles territórios.¹⁵

No espaço de 4 anos, cerca de 400 tratados escritos em línguas desconhecidas para os chefes tribais foram assinados, contendo conceitos que estes chefes desconheciam, tais como: exclusividade; soberania; utilização perpétua, etc. Estes documentos estabeleceram a troca de território e dos recursos a ele associados por bens materiais

¹⁴ “*Leopold’s public explanations of his exploits focused on how the AIC was to build hospitals and schools across the territory and enrich the lives of African people. As Stanley continued his own mission to secure the resources and territories of King Leopold II in central Africa, all suspicions were assuaged by these public explanations*” (Rorison, 2012, pág 63)

¹⁵ “*The text of the treaties Stanley has signed with the chieftains does not please me. It should at least contain an article stating that they relinquish their sovereign rights to those territories...This effort is important and urgente. The treaties must be as brief as possible and, in the space of one or two articles, assign all rights to us.*” (Van Reybrouck, 2015, pág 50)

incluindo casacos militares, garrafas de gin, facas, entre outros. Do estabelecimento da bandeira da Associação de Leopoldo ao longo do curso do Rio Congo à Conferência de Berlim não passaria muito tempo.¹⁶

Depois de um intenso trabalho de bastidores a maioria dos Estados presentes na Conferência, concordaram em conceder soberania à Associação Internacional do Congo uma enorme fatia de território na África Central. Em 1885 Leopoldo renomeia a AIC como *État Indépendant du Congo*, ao qual Tippu Tip cedeu parte do território na condição de se manter como Governador.^{17 18}

Com o domínio do território veio também a exploração massiva dos recursos. No final do século, a invenção do pneu revoluciona o sector dos transportes – o Congo era uma região riquíssima em borracha e por isso, utilizando métodos extremamente violentos amplamente documentados, os habitantes locais foram utilizados para a extracção deste recurso, que serviu durante mais de uma década para o enriquecimento pessoal do monarca Belga.

Ainda que Leopoldo jamais se tenha deslocado a território africano – a denúncia dos crimes cometidos no Congo foi amplamente divulgada quando descoberta.¹⁹ A popularidade de Leopoldo decresce à medida que se tornam públicas as atrocidades cometidas contra a população e este acaba por ser pressionado a vender a colónia ao Governo Belga, que, a partir de 1908 a denomina como Congo Belga.

¹⁶ “a blue field with a yellow star. The blue referred to the darkness in which they wandered, the yellow to the light of civilization that was now coming their way” (Van Reybrouk, 2015, pág 50)

¹⁷ “With a bit of imagination, one could compare the establishment of the state of Congo with a situation in which an individual or association would set up a number of stations along the Rhine, from Rotterdam to Basel, and thereby obtain sovereignty over all of Western Europe.” (Stengers, apud Van Reybrouck, 2015, pág 55)

¹⁸ Ver Figura 3 - Congo, Free State 1885-1908

¹⁹ George Washington Williams escreve uma carta aberta ao Rei Belga. É este testemunho que impulsiona a criação da *Congo Reform Association* – na verdade uma das primeiras organizações humanitárias do mundo, precursora de outras organizações de defesa dos direitos humanos.

O percurso até à independência acabaria por durar 52 anos, quando esta é (depois de muita pressão internacional e em consequência dos movimentos de libertação da África negra) negociada em mesas redondas em Bruxelas. Nestas negociações, o país estava ainda longe de conseguir a sua independência económica e industrial. A comitiva Belga convenceu os delegados representantes congolezes, entre os quais se encontravam Mobutu e Lumumba, da importância da manutenção dos grandes acervos industriais na posse de privados belgas, com relativa participação congoleza (minoritária) como no caso da União Mineira e das suas subsidiárias – motores da economia nacional.²⁰

O assassinato de Lumumba e a instabilidade e caos dos anos seguintes, levaram à ascensão de Mobutu – um líder que começara por ser apoiante de Lumumba, mas que, rapidamente, no pós-independência, passou para a liderança da ANC “*Aliance National Congolaise*” assumindo o poder governativo.

Durante o mandato de Mobutu (eleito em 1970) o Governo alinhou com os EUA contrariando a história de movimentos de independência de inspiração socialista. Mobutu encetou duas grandes missões: a eliminação de todos os outros partidos políticos e a negação de qualquer marca de passado colonial – é nesta fase que o Congo passa a Zaire. O país enfrentou longos anos de depressão económica alimentada pelo fim da guerra fria e um evento central na sua história– o genocídio no Ruanda no qual cerca de 800.000 Ruandeses, na sua maioria Hútus perpetradores do massacre fugiram para a RDC, instalando-se sobretudo no Norte-Kivu (Waterman, 2004). A compreensão da dimensão deste acontecimento é fundamental para entender ainda hoje esta região. Pela sua natureza traumática, o genocídio teve consequências drásticas, aumentando o

²⁰Mobutu participou nestas negociações a convite de Lumumba referindo-se mais tarde às mesmas: “*Ofcourse we let ourselves be rolled. Our partners in the discussion used a whole series of legal and technical ruses to successfully safeguard the hold which the multinationals and the Belgian capitalists had on the Congolese pocket book.*” (Van Reybrouck, 2015, pág 263)

conflito étnico entre comunidades e grupos no país e fragilizando de forma irreversível a sociedade congoleza e ruandesa (Hewitt et al. 2008). Com a escalada dos conflitos entre diferentes grupos rebeldes na região e um clima de guerra civil, Laurent Kabila em 1996 lidera a AFDL (um grupo rebelde apoiado por forças ruandesas) numa marcha até Kinshasa (Kabila é originário da região dos grandes Lagos) com o objetivo de depor Mobutu. Laurent Kabila torna-se presidente em 1997, durante pouco tempo pois é assassinado em 2002 – altura em que o seu filho, Joseph Kabila (um general do exército congolês) sobe ao poder com o Acordo de Pretória.

Durante o seu mandato o presidente Kabila filho não foi capaz de consolidar um clima de paz no território. O clima de incerteza e a rebelião no norte do Kivu influenciam diretamente Kinshasa, capital do estado e centro do poder político. Depois de duas décadas no poder, o seu governo não obteve a legitimidade necessária para assegurar um clima de paz no território. O conflito entre os grupos armados rivais são o resultado da capitalização da fraqueza do governo da RDC – um governo que não conseguiu criar um aparelho administrativo forte e robusto que controlasse os movimentos rebeldes – mas antes mais próximo de uma rede de patronato entre oficiais, políticos e membros do governo. Em Dezembro de 2018, depois de muita pressão da comunidade internacional e dos vários grupos internos foram realizadas eleições e iniciado um novo capítulo na história política do país – apesar da falta de transparência e irregularidades no processo eleitoral e na contagem dos votos e do não reconhecimento dos resultados por parte da União Africana²¹, a RDC tem em 2019 um novo Presidente – Félix Tshisekedi líder da UDPS “*Union pour la Démocratie et le Progrès Social*”.

²¹ “Os Chefes de Estado presentes neste encontro concluem que há sérias dúvidas na conformidade dos resultados eleitorais tais como anunciados pela Comissão de Eleições. Os Chefes de Estado recomendam a suspensão destes resultados finais” (União Africana, Janeiro 2019).

PARA UMA COMPREENSÃO DO CONFLITO NA RDC

2.2.1 – Conflito e Recursos Minerais

A RDC continua hoje a recuperar de duas grandes Guerras – as chamadas 1ª e 2ª Guerra do Congo. O país é descrito por alguns analistas (Eichstaedt, 2012) como a pior catástrofe humanitária desde a 2ª Guerra Mundial que causou mais de 5 milhões de mortes, a maioria causadas por doença e malnutrição no contexto dos violentos conflitos que ocorreram entre 1998-2002 (Coghlan et al. 2007). Segundo números das Nações Unidas em Junho de 2018 contabilizavam-se no país 4.49 milhões de IDPs; 7,900,000 crianças em risco e com necessidade de assistência humanitária; 2,000,000 de crianças sofriam de má-nutrição severa e 12,726 casos de cólera tinham sido reportados desde Janeiro.²²

A RDC continua a debater-se, apesar dos acordos de paz com graves crises e dificuldades no acesso à saúde e educação num contexto de progresso económico lento – ao que se acrescentam vários surtos de Ébola desde 2014, tendo os últimos dois sido registados em 2018 – na região do Equador e o segundo ainda a decorrer no momento de redacção deste texto, no Norte-Kivu.

Como já referimos, o capital ecológico e natural que aqui se encontra é dos mais importantes no planeta – são vários os recursos que permanecem ainda largamente intactos neste território, mas que estão altamente pressionados pelo crescimento populacional previsto até 2050 (estima-se que a população chegue, em 2050 aos 197 milhões de habitantes)²³ bem como pela competição internacional por matérias primas. O Congo é um dos principais reservatórios mundiais de minério, possuindo reservas estratégicas a nível global. Para além dos minerais a RDC tem a segunda maior floresta

²² Dados UNICEF - DRC Humanitarian Situation Report, June 2018

²³ Dados Worldometers – DRC Population Forecast

tropical do mundo. Com uma extensão de 1.55 milhões de metros quadrados, esta área representa mais de metade dos recursos florestais do continente africano. Ainda que apenas 26% da sua população tenha acesso a água potável, mais de metade dos recursos hídricos do continente africano passam pela RDC. Ainda que apenas 3% da terra seja cultivada – contribuindo para os níveis elevados de insegurança alimentar no país, a RDC tem 80 milhões de m² de terra arável. É ainda na bacia do Congo que encontramos as mais diversificadas faunas piscatórias do continente, com um potencial de produção de mais de 500 toneladas por mês.²⁴

Nesta análise centramo-nos, no entanto, no papel dos minerais. Este país é o maior produtor do Mundo de cobalto – o mineral utilizado na produção de baterias electrónicas para telefones e outros bens de consumo. Para além deste minério podem encontrar-se neste território diamantes (20% dos diamantes em bruto a nível mundial); ouro; petróleo; zinco; cobre; lata; tantaló (também muito utilizado no fabrico de computadores e aparelhos electrónicos) e volfrâmio.²⁵, um cenário suficiente para cedo a RDC ter sido apelidada de um escândalo geográfico quando os primeiros geógrafos belgas começaram a analisar o território. Foi precisamente na região de Katanga onde se localiza a grande cintura de cobre, (a maior do mundo depois da chilena) que se instalou a *Union Minière du Haut Katanga* que operou na região entre 1906 e 1966.

Os recursos minerais na RDC são amplamente conhecidos pela sua contribuição na dinâmica de conflito que assola o país há décadas – no entanto, muitos autores hoje questionam e desafiam esta noção de maldição dos recursos ou “*resources curse*” - sublinhando que existem outros fatores, igualmente relevantes, na proliferação dos grupos armados nos diferentes territórios bem como outras causas locais para os

²⁴ Dados UNEP- *DRC Post-Conflict Environmental Assessment - Synthesis for Policy Makers*

²⁵ Ver mapa interactivo de exploração de minério artesanal na RDC:

<http://www.ipisresearch.be/mapping/webmapping/drcongo/v5/> Extractive Industries Transparency Initiative DRC Report

antagonismos na região – como disputas por posse de terra, pobreza, corrupção, divergências entre autoridades estatais entre outros (uma questão que desenvolveremos posteriormente). Analisar de forma aprofundada a dinâmica de conflito no Norte Kivu tem sido uma tarefa cada vez mais difícil nos últimos anos, devido essencialmente à fragmentação das guerrilhas e ao desaparecimento de grandes grupos armados aglutinadores na região. (Weyns et al. 2016)

2.2.2 – Grupos armados no Norte-Kivu

Foi no Norte Kivu que as mais fortes disputas étnicas começaram ainda antes da 1ª Guerra do Congo em 1993. A questão do tribalismo e do antagonismo interétnico, ainda que possa ser um argumento válido, não deve ser considerado como uma característica intemporal da dinâmica social da região. A rivalidade interétnica, mesmo que baseada em diferenças reais entre tribos (distinção entre algumas práticas; regiões de onde são originárias etc.) foi agudizada pela etnografia e antropologia belgas que durante a colonização promoveram a diferenciação e o estudo aprofundado dos diferentes povos servindo o propósito da potência belga e o controlo na deslocação entre províncias (Van Reybrouk, 2015) – com a introdução do chamado “salvo-conduto”²⁶ característico também de outras experiências coloniais. O rei Leopoldo alterou através da implementação de uma autocracia as bases da organização social anterior à era colonial nomeando novos comandantes de distrito em nada representativos da ordem anterior.

Em 2013 as forças armadas congoleesas (FARDC) celebraram a vitória contra o movimento M23 - no entanto este desfecho não significou a pacificação na região. Pelo

²⁶ “Laissez-passer” - documento de autorização de passagem entre determinadas regiões – é interessante referir que ainda hoje no Congo é exigido, mas apenas para expatriados – um documento chamado “ordre-mission” que explica às autoridades a razão da deslocação, controlando e limitando a movimentação livre no território.

contrário. Se em 2008 nos Kivus se registava a presença de não mais do que 20 grupos armados, hoje, há mais de 120 grupos armados ativos.²⁷ Estes diferentes aglomerados de soldados com não mais que 200 membros e cujo recrutamento é feito segundo linhagens étnicas específicas operam em diferentes clusters onde se concentram também os combates.

Segundo o *Congo Research Group*, responsável pelo último mapeamento destes grupos no território, estas forças movimentam-se em três eixos: 1) territórios de Walikale e Masisi ii) área de Ruzizi iii) área este de Beni (foi nesta região onde se registou o último epicentro de Ébola em 2018)

A derrota do grupo M23 em 2013, representa um momento de viragem na história do conflito armado na região e de perda de influência de atores externos regionais no apoio a diferentes facções. Quando o M23 ocupou a cidade de Goma um relatório das Nações Unidas deu conta do apoio ruandês a este grupo – o que causou problemas diplomáticos graves e a suspensão de todo o apoio americano ao Ruanda. Este foi um momento crucial para a divisão da liderança no movimento que preparou a derrota do mesmo perante uma ofensiva das forças armadas congoleesas juntamente com tropas das nações unidas (Sadiki, 2014). É assim a primeira vez desde 1996 que o Governo Ruandês não apoia diretamente nenhuma facção no território. Este declínio de influência regional pode ser explicado por um forte ressentimento de Hútus e Tutsis na RDC contra o governo de Kigali. Ainda assim, existem três grandes grupos armados na região que constituem dos mais disruptivos aglomerados de guerrilha: i) a FDLR “*Forces Democratiques de Liberation du Rwanda*”. Este é um grupo que decresceu em número de membros caindo de 7000 soldados em 2008 para hoje cerca de 1000 a 2500 tropas e que mantém influência nos territórios de Walikale, Lubero, Rutshuru, Masisi. A sua

²⁷ Dados Kivu Security Tracker – dezembro 2017, ver versão dinâmica do mapa

importância é simbólica já que alguns dos seus quadros de liderança, Hútus, eram membros do exército Ruandês, responsáveis pelo genocídio; ii) a ADF “*Ugandan Allied Democratic Forces*” e iii) a FNL “*Burundian Forces Nationales de Libération*”. Estas duas últimas são forças paramilitares com uma composição até aos 300 efetivos. Ainda que limitados em número de efetivos, estes grupos têm sido responsáveis por vários ataques, nomeadamente a ADF, responsável por uma série de massacres em Beni na última década. (Sterns; Vogel, 2015)

A demora no recente processo eleitoral e o cancelamento de anteriores processos tem tido um impacto profundo nas dinâmicas de conflito da região. Os líderes dos diferentes grupos armados são muito ativos nas redes sociais, acompanhando ao detalhe a vida política nacional e fomentando via algumas plataformas a criação de rumores e uma linguagem incendiária, divisiva da coesão nacional²⁸

Uma das outras razões apontadas para a tendência de crescimento da violência na região é a falta de pagamento das forças armadas. As FARDC, por esta razão em baixo de moral, diminuíram muitas das operações de dissuasão da atividade das milícias. É neste clima político que o alvo dos ataques e da fúria dos grupos que antes se concentravam na retórica anti Ruanda mudou para uma mobilização anti Kinshasa e anti Kabila.²⁹ A tendência na fragmentação dos grupos armados tem também criado uma tendência de estabelecimento de coligações muito pouco estáveis - como a coligação entre a FDLR e algumas fações Nyatura. Um outro exemplo, no Sul Kivu é a coligação dos Mai-Mai com outros grupos afiliados como a She Assanis Malaika Group. A

²⁸ O WhatsApp é hoje uma ferramenta fundamental na comunicação de mensagens políticas em muitos países do Sul, especialmente em comunidades rurais devido às suas características específicas que o tornam o mais indicado em comunidades com acesso limitado à internet – esta plataforma pode no entanto ser utilizada para a proliferação de mensagens contraditórias e fake news como pudemos observar no caso das eleições brasileiras em 2018 (Rennó, 2018) Na RDC este é um dos meios privilegiados de comunicação em larga escala de mensagens políticas criando permanentemente a existência de “rumores” por todo o território difíceis de comprovar pela inexistência de meios de acesso e de verificação.

²⁹ Relatório Dezembro 2017 - Kivu Security Tracker

durabilidade destas coligações é ainda assim altamente volátil e nada augura a construção de um movimento aglutinador das várias milícias.

2.2.3 – A Economia dos *Roadblocks* no Norte-Kivu

Um tema muitas vezes negligenciado na análise de conflito e que vale a pena abordar é a existência dos *roadblocks* ou *check-points* por todo o território dos Kivus. A exploração e tráfico de recursos minerais são normalmente identificados como a principal fonte de financiamento dos grupos armados na região. No entanto, alguns autores apontam o controlo das estradas como fator fundamental para a economia política do conflito na região. Estas barreiras, que oficialmente têm dois propósitos: i) controlo de tráfico e ii) coleta de impostos por via descentralizada por parte da administração da região, servem estrategicamente e maioritariamente o enriquecimento ilícito de quem as explora (por parte de atores estatais ou não estatais) – criando uma dinâmica de parasitismo fiscal à qual nenhum congolês é imune. Segundo um recente estudo, nas províncias do Norte e do Sul Kivu existem 798 *roadblocks* a operar financiando diretamente os grupos armados nas regiões em que se encontram (Schouten, 2013).³⁰

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1 - Violência e Conflito

3.1.1 – *Greed, Grievance and Feasibility*

Na década de 90 há um interesse generalizado de muitos investigadores em explorar as motivações que estão na origem das guerras civis e aqueles que são os fatores *trigger* na eclosão dos conflitos. É neste contexto que surgem muitos estudos que a partir da análise e comparação estatística apresentam hipóteses para as razões que

³⁰ Ver anexo 4 - Mapa dos Roadblocks na região do Norte e Sul Kivu

explicam muitas das guerras civis que conhecemos – uma das conhecidas hipóteses é a maldição dos recursos (*resources curse*).³¹

Collier e Hoeffler são dois dos investigadores mais relevantes neste campo teórico. Numa altura que o discurso público é contaminado pela advocacia, os autores acreditam que é fundamental perceber as motivações que se encontram na base dos conflitos e que este exercício possa contribuir para a sua prevenção. Collier e Hoeffler identificam duas motivações subjacentes ao prolongamento dos conflitos: *greed and grievance* (que optamos por traduzir como ressentimento e ganância).

O ressentimento é fundamental na fase de recrutamento dos grupos rebeldes. Este assenta no nacionalismo étnico que num momento inicial pode fundamentar a coesão dos soldados e a violência. As clivagens étnicas estão ligadas a diferenças de natureza biológica e cultural de base dos elementos rebeldes. É, no entanto, importante referir que segundo os autores, estas clivagens alimentam-se de sentimentos de insegurança e reações emotivas primárias e que sustentam os sentimentos de antagonismo.

Interessa-nos explorar como o pensamento de Collier e Hoeffler evoluiu levando-os a questionar, alguns anos mais tarde, após a publicação do seu primeiro estudo – se são realmente estes factores de motivação os mais importantes a ter em conta como impulsionadores (“trigger”) para as guerras civis. Os autores acabaram por atualizar a sua hipótese colocando a tónica não na motivação, mas na *feasibility* (que optamos por traduzir como viabilidade) – a viabilidade para a ocorrência de um conflito. A proposta é de certa forma radical já que defendem que “em qualquer lugar onde exista viabilidade financeira e capacidade militar, então aqui acontecerá um conflito militar.” (Coellier et al. 2006)

³¹ A ideia de que os países com abundância em recursos naturais têm na sua maioria as suas economias estagnadas, e que estes países têm sérias dificuldades nas exportações e crescimento económico (Sachs; Warner, 2001)

Os autores desviam-se desta forma de uma abordagem inicial mais tradicional e voltada para a análise política, aproximando-se de uma perspectiva sustentada em dados económicos que permitem caracterizar o contexto e a hipótese da viabilidade do conflito – *“facts that are important for the financial and military feasibility of rebellion but are unimportant for motivation – decisively increase the risk of a civil war”* (Coellier et al. 2006). A mudança de perspectiva que aqui sublinhamos permite-nos olhar para o conflito no Norte-Kivu de outra forma. À luz da *feasibility hypothesis* os fatores que estão na agenda dos grupos armados são meramente acidentais na explicação do contexto de guerra civil. As condições específicas que existem na RDC e mais concretamente no Norte-Kivu são, mais do que a exclusão social e a pobreza dos membros integrantes destes grupos, os motivos fundamentais para a existência do conflito. As condições financeiras e militares (dois fatores interdependentes) presentes numa paisagem como a da RDC e como muitos outros Estados-Frágeis³² são suficientes para a permanência do conflito. O financiamento de um grupo rebelde é bem mais elevado que o financiamento de um partido político - a criação de uma guerrilha é uma hipótese genericamente acima das possibilidades de qualquer partido na oposição no mundo ocidental por exemplo. Não só pela perspectiva financeira, mas por que a militarização do movimento está também vedada, já que os Governos e os Estados Modernos (ao deterem o monopólio da violência) detêm efetivamente o controlo efetivo de todo o território.

A teoria de Collier e Hoeffler aplica-se à realidade dos Kivus pois nesta paisagem do Norte congolês juntam-se também outros dos fatores preponderantes, apontados pelos mesmos, na perpetuação dos conflitos – a geografia da região (contexto

³² Segundo a definição da OCDE - Estados Frágeis, são aqueles que estão expostos a vários riscos em cinco dimensões fundamentais: política; societal; económica; ambiental e de segurança. (OECD, 2016)

montanhoso) e a demografia – já que a maioria dos homens se situa na faixa etária entre os 15 e os 29 anos de idade.

3.1.2 – Contrato Social; Infraestruturas e Governance

A RDC é referida normalmente como um exemplo de Estado Frágil, quase próximo do estado-natureza e do caos hobbesiano.³³

No seguimento das ideias de Collier e Hoeffler na análise das origens do conflito vale a pena referirmos as ideias de Schouten. Segundo o autor, na análise da situação da RDC a perspetiva clássica e mais tradicional das Relações Internacionais não parece suficiente. Esta apresenta o país como um Estado Falhado – em que as razões do falhanço assentam na fragilidade das suas instituições e em razões sociais. É sobretudo a partir dos anos 90 e na boleia do discurso desenvolvimentista que caracteriza esta década³⁴ que a RDC, como outros países, passa a ser caracterizado sobre a ótica da má governança e da corrupção estatal - narrativa cerne de muitas iniciativas de ajuda ao reforço das instituições: reforço das competências estatais “*state capacity building*”. Esta lente dominante, pressupõe a ideia de que sem este reforço nas competências governativas e na organização da vida pública, o povo congolês, não conseguirá, por si só, chegar ao efetivo contrato social.

Schouten, à semelhança de outros autores, propõe um novo olhar sobre a importância das infraestruturas na compreensão das dinâmicas de conflito, centrando parte do seu trabalho de campo na RDC e na República Centro-Africana. O autor propõe a utilização da teoria ATN (*actor network theory*) na análise específica do contexto congolês. Esta teoria apresenta-se em oposição às teorias clássicas do contrato social.

³³ Anexo 5 – citação, Estado-Natureza - Hobbes

³⁴ Ver Chang e Rist sobre as tendências nos discursos desenvolvimentistas

Perante a interrogação sobre a origem e solidez das instituições e atores que compõem as sociedades humanas temos por um lado, a perspectiva hobbesiana de que é através do contrato social que esta ordem se atinge e por outro lado a ATN que propõe que é através da construção de interações entre humanos e não humanos que a robustez do Estado se concretiza – por elementos não humanos consideramos a tecnologia e as infraestruturas como fatores centrais na construção do poder estatal.

É relevante referir que o discurso da boa governança e do reforço das competências de governabilidade e instituições é a teoria dominante no *modus operandi* ONU. A proposta das Agências é que normalmente agentes externos possam mediar os conflitos através de uma abordagem centrada numa metodologia facilmente replicável: realização de avaliações externas das situações em conflito; mediação de discussões entre as partes; criação de “capacidade de negociação” nas comunidades e “reforço das competências” dos *stakeholders* envolvidos; apoio ao reforço estatal e apoio à criação de “acordos entre a comunidade e o estado” entre outros. (Jensen; Halle, 2015). Tudo isto através da intervenção de consultores internacionais “peritos” contratados.

Por seu lado, o que Schouten propõe é incluir na análise de contexto, uma real avaliação das infraestruturas. Sem esta análise detalhada não será possível compreender a geografia do país. Estas ideias vão de encontro às ideias de outros pensadores alter-desenvolvimentistas que contrapõem à visão clássica de desenvolvimento uma visão crítica relativamente ao discurso vazio e politizado que caracteriza a intervenção pública fora da esfera produtiva. Se recuarmos à “Agenda do Milénio” (ODM) toda ela se centrava na resposta a objetivos sociais e necessidades básicas de sobrevivência. Uma das grandes críticas a este paradigma foi precisamente a falta de atenção dada à transformação das estruturas produtivas e ao reforço das capacidades económicas destas sociedades. A ideia estabelecida de que “a década de

ouro do desenvolvimento nos anos 70” pertencia ao passado, criou o espaço necessário para a afirmação de uma Agenda que excluiu completamente a componente de transformação das estruturas produtivas dos países no qual deveria ser aplicada (Chang, 2010).

Como sabemos, as infraestruturas são precisamente uma pré-condição para a industrialização e o kick-off de desenvolvimento económico tendo sido amplamente demonstrado que o investimento neste sector contribui para o reforço da produção nacional e a criação de rendimento a longo prazo (Sawada, 2015). Este é um sector que naturalmente requer avultados investimentos - é por isso importante que os Governos possam ter uma visão holística que considere a capacidade de manutenção dos activos construídos. Ora foi precisamente isto que não aconteceu efetivamente na história da RDC. Recuar ao passado permite-nos compreender sempre melhor o presente, a realidade é que a construção de infraestruturas pelos colonizadores belgas foi efetuada de forma utilitarista sob a ótica da “*afrique utile*” (a construção de infraestruturas só se fez na medida em que estas eram úteis à metrópole). O que aconteceu é que apesar de na independência este ser um dos países mais industrializados de África, existiam à época apenas 16 congolese com formação universitária. A manutenção destas “infraestruturas” e dos “activos materiais” do Estado tornou-se problemática desde o início. Também Mobutu se apercebeu rapidamente do perigo que poderia ser a pujante construção de infraestruturas por todo o país – já que estas permitiriam a solidificação do poder estatal por todo o território – não investindo por isso mesmo em qualquer infraestrutura física a não ser as que seriam úteis para a sua solidificação de poder e os seus intuitos pessoais – como a rede de contactos e homens do poder que serviram a manutenção da sua liderança (Reno, 1997).

O exemplo da RDC demonstra-nos também que a resposta a esta inexistência “estrutural e física” do Estado, aquilo a que podemos chamar a “materialidade do Estado” é a proliferação em todo o território de um número de representantes estatais e funcionários que ultrapassa 1M contribuindo para uma ideia de “*human over presence of the State*” (Schouten, 2017). Precisamente pela falta de materialização destas infraestruturas o exercício de poder é feito através de largas redes de *networking*. Segundo Schouten, uma interpretação errada da realidade, do contexto e dos congolese, que exclua a inexistência de infraestruturas como fundamental, levará inevitavelmente a análises mais simplistas que implicam sempre que as qualidades necessárias para a solidez do contrato social não existem no povo congolês ou, de forma generalizada em muitos outros contextos de países em desenvolvimento – reforçando a ideia de que é através de programas de reforço de competências de governabilidade que os governos podem ter resultados mais positivos nos seus quadros operacionais.

Contrariando a Agenda anterior – ressalvamos que a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reforça a importância das infraestruturas bem como o reforço das estruturas produtivas como crucial para as trajetórias de todos os países.³⁵

3.2 - Proteção na Infância

As crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Goma são na dura realidade do seu quotidiano um dos resultados de décadas de conflito na região. Este não é um problema sistémico e endógeno no contexto congolês. É antes uma consequência, um resultado. A análise desta problemática permite-nos relacionar a existência de 3000 crianças de rua em Goma³⁶ com um histórico mais recente de violência neste território e

³⁵ Ver Anexo 6 – excertos da Agenda 2030 que se referem especificamente às Infraestruturas.

³⁶ Dados MSF estimados a partir do número de consultas prestadas na cidade - dados relativos e não oficiais; os censos não são claros quanto ao número exacto de crianças; não existem estudos com contabilização efectiva.

um acontecimento específico já que é a partir de 1994 e do genocídio do Ruanda que estes grupos de jovens começam a aparecer no meio urbano. (Entrevista 5) Interessamos no âmbito teórico rever alguns conceitos que nos ajudem a compreender a gravidade desta problemática e a situação destes jovens.

3.2.1 – Família e Vinculação

O conceito de família é nas suas múltiplas variantes e diversidade de forma, base da vida social nas sociedades de humanos. A família pode ser entendida enquanto “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados” (Sampaio e Gameiro apud Alarcão). Existem dimensões particularmente importantes no desenvolvimento das crianças nas quais a ação familiar é preponderante: o sentimento de pertença; aceitação/rejeição (por parte dos progenitores); a noção do controlo e disciplina e a forma como é exercida a autoridade; o tipo de comunicação que é praticado no contexto familiar e por fim a qualidade da estimulação cognitiva (Portugal, 1998). Ao falarmos de família ou da ausência de família no caso das crianças que vivem na rua devemos ter em conta o que isto significa em termos de vinculação. Um dos sistemas primários dos seres humanos é o comportamento de vínculo - para além do comportamento sexual, alimentar, entre outros, o vínculo é um elemento fundamental para a estruturação afetiva e o desenvolvimento de competências de proximidade relacional. Apesar dos indivíduos não serem produtos seriados, mas antes seres que são parte de um contexto e das dinâmicas culturais do território em que se encontram, interessa-nos procurar na biologia e na psicologia alguns fundamentos que explicam a necessidade primária da existência de um núcleo familiar bem como de figuras de

vinculação no desenvolvimento do ser humano. A vinculação afetiva de Bowlby explica-nos como é importante do ponto de vista biológico para o desenvolvimento saudável de um humano que este tenha uma relação positiva com uma “figura de apego” – a mãe ou outra figura substituta. O vínculo permite à criança a proteção e o sentido de segurança fundamentais ao seu desenvolvimento saudável. Há três características/ reações que se associam e tornam visível esta relação entre a figura de vínculo e a criança – i) a busca de proximidade ii) encontrar uma base/ porto de segurança iii) a recusa da separação. Quando uma criança se sente ameaçada é na figura de vinculação que encontra e recupera o sentimento de conforto e segurança que lhe permitem ultrapassar obstáculos e fortalecer a sua saúde mental e resiliência. (Bowlby, 1993)

Nas ruas da cidade de Goma, as crianças que aqui habitam (num território que como vimos é parco em infraestruturas e na existência e materialização do Estado) vivem em não-lugares (conceito desenvolvido por Augé). Estes cidadãos, vivem em espaços de passagem nos quais ainda que pareçam acompanhados, estão entregues a si-mesmos. Estes não-lugares bem como a não existência de uma figura de vinculação dificultam a construção identitária. É no contexto de uma vida saudável, em família que existe espaço para os afetos; para o acolhimento e proteção na infância e na juventude; para a compreensão do real e da sua identidade própria (Augé, 1994)

Estas crianças e jovens vivem num contexto de violência armada, são por isso obrigadas a sobreviver de forma marginalizada e a inventar estratégias identitárias alternativas. Estas reconstróem normalmente os seus mundos com o suporte do grupo ao qual pertencem no qual recuperam os sentimentos de integração afetiva e adesão. Este sentimento é fundamental para a sua sobrevivência pois perderam o vínculo afetivo com as suas famílias de origem por vários motivos – todos subprodutos do contexto de pobreza e violência que caracteriza o Norte-Kivu.

3.2.2 – Direito à Proteção Social

Hoje quase todos os países do Mundo assinaram um compromisso com as crianças dos seus países. Esta lista de promessas está compilada na Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Crianças³⁷

Alguns destes direitos incluem premissas tão importantes como: todas as crianças devem ter um tratamento igual – independentemente das suas origens; todas as crianças devem ser protegidas de todas as ações que possam atentar contra o seu bem-estar; as opiniões das crianças devem ser tidas em conta e escutadas. Segundo os mais recentes dados, apenas 35% das crianças no mundo são protegidas por algum benefício de proteção social – 87% desta população situa-se na Europa e na Ásia Central, 66% nas Américas, 28% na Ásia e apenas 16% em África. (Orton, et al 2019)³⁸ A falta de proteção social é responsável por uma maior marginalização dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente as crianças. Os números são também claros relativamente ao investimento feito em média nas crianças e nas famílias em termos de proteção social - apenas 1.1% do GDP é gasto em benefícios familiares para as crianças que se situam entre os 0 e os 14 anos – o que revela um enorme desinvestimento na proteção da infância, por último as transferências e cheques de apoio às crianças, apesar de terem aumentado em países de rendimento baixo e médio, continuam a ser insuficientes para cobrir as necessidades a nível global (Orton et al. 2019). O interesse por parte da comunidade internacional no reforço da advocacia em prol da proteção social na infância nomeadamente no desenvolvimento de mecanismos como os UCG (*Universal Child*

³⁷ A Convenção entrou em vigor em 1990 com a assinatura de 20 Estados Membros entre os quais a RDC. Hoje, dos 197 Estados que assinaram a Convenção, apenas 196 ratificaram fazendo efectivamente parte dos países que a devem aplicar – o único país que não a ratifica é os EUA.

³⁸ Ver Anexo 7 – Figuras ilustrativas dos mais recentes dados sobre Protecção Social na Infância a nível Global.

Grants - subsídios de apoio à infância e transferência direta de fundos) têm aumentado ao longo dos anos. Ainda que hoje cerca de 385 milhões de crianças vivam em pobreza extrema, os mecanismos de proteção social nomeadamente as *cash-transfers* são um dos instrumentos mais úteis na luta contra a pobreza.

No caso concreto da RDC os resultados estão ainda muito longe do previsto na Agenda 2030 – a assistência humanitária em género continua a ser usada frequentemente em situações nas quais não o deveria ser e as transferências de dinheiro são ainda um instrumento pouco usado no contexto humanitário do Norte-Kivu. (Bailey, 2017)

4. ESTUDO DE CASO EXPLORATÓRIO³⁹

4.1 - Enquadramento

Os estudos de conflito têm-se concentrado nas áreas rurais das regiões dos Grandes Lagos, no entanto os recorrentes episódios de violência urbana tanto na cidade de Kinshasa como de Goma mostram que: i) o conflito violento não está em declínio e ii) as áreas urbanas devem ser também encaradas como arenas críticas. As cidades são portos de abrigo para aqueles que fogem dos conflitos nas áreas rurais ou procuram proteção e são um símbolo de soberania já que concentram a administração pública e parte do aparato militar. No entanto, a análise da relação entre urbanização e conflito e o estudo da violência urbana no contexto de Goma continua hoje pouco documentado. (Buscher, 2018).

A partir da década de 90, a cidade de Goma passou por várias transformações transformando-se num *hub* único enquanto importante centro regional militar e

³⁹ Consultar a nota metodológica – Anexo XI para a compreensão das opções metodológicas utilizadas bem como as limitações do estudo em questão.

económico. Goma é um epicentro no qual se juntam dezenas de agências humanitárias, *peace-keepers* e IDPs vítimas dos confrontos na região. Na cidade, o acesso aos serviços é pobre. Cerca de 70% da população não tem acesso a água potável, o mercado de trabalho é largamente informal e a maioria dos trabalhadores subsiste com salários extremamente baixos e irregulares.⁴⁰

Goma é uma cidade situada numa região em que a maioria da ajuda se concentrou no desenvolvimento rural. Separada do centro político (Kinshasa), Goma, apesar de não ser uma região autónoma, desconectou-se e autonomizou-se enquanto centro de poder. Deve ser observada enquanto cidade de fronteira - parte de um sistema cultural e social que é periférico (Vlassenroot; Buscher, 2009). Na leitura da África subsariana e segundo Kopytoff é interessante precisamente observar as particularidades dos territórios de fronteira enquanto *“áreas geográficas abertas politicamente aninhadas entre as sociedades organizadas, mas “internas” para as regiões maiores em que se encontram - o que pode ser chamado de uma fronteira interna ou intersticial”*. Ainda segundo o autor, há dois aspetos que caracterizam os territórios de fronteira e que são facilmente verificáveis em Goma: i) a mobilidade – fundamental para entender a organização social; ii) a contestação - nestes territórios, em permanência – forças endógenas e exógenas tentam ganhar o controlo social. Goma é o equivalente a este espaço na África Central onde diferentes grupos tentam constantemente ganhar poder e influência. As províncias do Kivu são um claro exemplo de uma dinâmica de resistência e insurreição que é característica de cidades fronteiriças (Vlassenroot; Buscher, 2009). Por um lado, Goma resiste à imposição do Governo de Kinshasa, por outro lado resiste às incursões estrangeiras. A RDC é ela mesma entendida por alguns autores como um quase

40 Dados NRC - Relatório Urban IDP Profiling and needs Assessment in Goma: Democratic Republic of Congo

completo Estado-fronteiriço (por fazer fronteira com nove países e ter ao centro uma impenetrável mancha de selva).

4.2 – Contextualização das crianças que vivem na rua na cidade de Goma

Em Goma, o fenómeno das crianças de rua situa-se temporalmente e como já referimos a partir do Genocídio do Ruanda e ainda da erupção do Vulcão Nyaragongo⁴¹ em 2002. Para além das entrevistas realizadas a alguns atores chave da comunidade, baseamo-nos em relatórios preparados pelos MSF e pela Coligação de Organizações Antiescravagistas da Sociedade Civil, ambos partiram de observação participativa e consulta direta com as crianças (consultar a nota metodológica para maior detalhe). A existência destas crianças tem causas multifatoriais. Os números oficiais e registos são muito difíceis de obter pois não existe um trabalho sistemático e coordenado por parte do Governo ou atores humanitários na região para esta contabilização. Os MSF efetuaram uma larga consulta no âmbito de um projeto de clínicas móveis em que assistiu em consulta médica regularmente cerca de 1750 crianças e jovens⁴². Independentemente do número exato de crianças que para lá de viverem na rua são ainda vítimas de exploração sexual/ escravagismo⁴³ e trabalhos forçados este continua a ser demasiado elevado. Existem alguns fatores que podem explicar este fenómeno na região dos Grandes Lagos: i) a pobreza extrema – a falta de emprego e ausência de rendimento nas famílias arrasta os habitantes da região a situação de extrema marginalização e à procura de formas alternativas de captação de rendimento; ii) a falta de educação e informação dos progenitores – os pais, por falta de informação e acesso à educação não compreendem a importância do cuidado, da proteção e do acesso à educação das suas crianças e

⁴¹ Ver anexo 8 fotografia do Vulcão

⁴² Dados MSF – Relatório Bobo Mobile

⁴³ Ver anexo 9 - definição de escravatura

jovens; iii) exploração destas crianças por parte de empresários e donos de negócios - muitos empresários mantêm estes jovens em situação de trabalho escravo; iv) o conflito armado na região – décadas de conflito favorecem as permanentes violações da lei e os abusos pelos sectores da população mais vulneráveis, bem como a inexistência de sistemas de proteção social eficientes; v) a falta de priorização do Governo e o desinteresse perante esta problemática.

Devemos considerar, no entanto, dois tipos diferentes de crianças que vivem na rua: por um lado aqueles que vivem com as suas famílias e mendigam durante todo o dia não frequentando a escola e por outro lado, aqueles que dormem diariamente na rua. Estes segundos, são os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade e nos quais se regista um maior número de casos de adição. Um grande problema para as famílias de Goma é ainda a obtenção de fundos suficientes para pagar as propinas, os uniformes e o material escolar dos seus filhos - sobretudo em agregados familiares com cerca de 8 a 10 filhos como é normal na maioria das famílias da região⁴⁴ é impossível, em muitos casos, que os filhos frequentem a escola. Uma situação que é também comum, é que as crianças passem de uma situação de mendicidade para a segunda fase, em que elas próprias se libertam da família e procuram a rua como o seu espaço de sobrevivência, deixando de ser exploradas pelos seus progenitores passando por vários rituais de passagem até serem consideradas pelos seus pares como *shege* (swaili)– uma criança, que por ter muita experiência na rua, goza já de um status de maior respeito. A vida destes jovens é caracterizada por uma enorme instabilidade – muitos oscilam entre a vida de rua, temporadas em instituições de acolhimento e temporadas nas suas famílias – alternando entre os vários ambientes.

⁴⁴ Em média, mais de 6 filhos por mulher congoleza em 2017. Dados ONU - Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Population Prospects: (2017).

Os MSF desenvolveram durante 2017 um projeto de cuidado médico móvel por toda a cidade de Goma - atendendo 1759 crianças ao longo da intervenção. O perfil psico-social dos jovens acompanhados confirma algumas das causas já apontadas para a situação marginal que os leva às ruas. Para lá do contexto humanitário e securitário frágil da região – a organização aponta três razões fundamentais para a existência deste fenómeno: a pobreza extrema; as situações de abandono por parte da própria família e os maus-tratos.⁴⁵ Segundo os MSF cerca de 69% destes jovens sofria de patologias infecciosas e 22% de patologias traumáticas. São vários os fatores na origem destas patologias e que colocam diariamente a vida e a saúde destas crianças e jovens em causa como: comportamentos agressivos (agressões/ lutas) que podem levar a traumatismos graves; comportamentos de risco na utilização de drogas e relacionamentos sexuais não protegidos que criam uma forte presença de infeções sexuais; a falta de higiene e de acesso regular a água potável e a alimentação faz com que apareçam inúmeras patologias do foro intestinal (parasitárias; gastrites etc.); a existência de malária na região e falta de cuidados de prevenção ligadas à falta de alojamento e proteção do exterior e dos mosquitos faz com que exista um número elevado de casos de malária nesta população.

O quotidiano e a realidade destas crianças são expressão de um ciclo de conflito de décadas na região. Pelo facto dos seus cérebros ainda não estarem completamente desenvolvidos estes cidadãos são uma das populações mais vulneráveis e por isso mais exposta a vários tipos de violência: i) violência social - os habitantes da cidade de Goma oscilam entre compaixão; acolhimento e ostracização destes jovens; ii) violência das forças de autoridade - muitas vezes estes jovens são presos sem razões aparentes,

⁴⁵ Ver Anexo 10 – Gráfico MSF descritivo dos factores-causa para a vida na rua

mantidos presos em condições inumanas⁴⁶; iii) violência nos grupos de que fazem parte - existem combates permanentes e violência inter-grupos urbanos que resultam em consequências altamente graves e violentas; iv) violência sexual - a prostituição é utilizada por estas crianças como uma estratégia de sobrevivência - são vítimas de nacionais e de internacionais bem como sujeitas e rituais de passagem que concernem a sua sexualidade.

4.3 Apresentação de resultados de entrevistas

De seguida apresentamos uma breve análise dos resultados de entrevistas com atores-chave na comunidade de Goma. Estas conversas⁴⁷ foram fundamentais para consolidar a reflexão teórica e centraram-se em cinco eixos : i) contexto e situação de segurança no Norte Kivu; ii) o papel do Estado na região; iii) o papel da Sociedade Civil na região; iv) o papel da MONUSCO na região; v) a problemática das crianças que vivem nas ruas e a sua co-relação com a dinâmica de conflito na região.

Quanto ao contexto de segurança no Norte-Kivu, é reforçada a ideia já desenvolvida anteriormente de que os confrontos na região estão cada vez mais relacionados com ciclos eleitorais (descontentamento com Kinshasa)/ contexto político nacional.⁴⁸ O facto da tecnologia na recolha de dados ter melhorado (cada vez mais dados de segurança e relatórios sistemáticos) pode estar também na origem do maior número – os acidentes de segurança são “mais conhecidos”, apesar desta

⁴⁶ Caso de 39 crianças nas ruas de Goma que foram em Julho de 2017 presas e posteriormente libertadas apesar de enorme pressão da sociedade civil – relatório MSF, Clinique Mobile

⁴⁷ A biografia de cada um dos entrevistados, bem como as perguntas e transcrição de entrevista encontra-se em anexo. Optou-se pela não identificação dos nomes de forma intencional. As entrevistas são traduzidas do Francês e resumidas aos pontos que julgámos mais pertinentes.

⁴⁸ “os actores políticos querem bloquear (...) outros candidatos rivais (...) reforçam os grupos armados para criar tensão no território” (E1).

observação ter sido apontada⁴⁹, não é consensual⁵⁰. É reforçada a ideia anteriormente exposta de que para lá da noção de ressentimento/ disputas inter-étnicas é o capital que se encontra no cerne da manutenção do conflito – o acesso e controlo dos recursos minerais para obter financiamento; o pagamento por parte de multinacionais a estes grupos para assegurar uma paz controlada⁵¹. O que acontece é que muitos destes fundos de investimento e multinacionais podem até mesmo servir interesses ruandeses reforçando ainda mais a complexidade do conflito – é via Ruanda que estes minerais são transformados e exportados, no limite e ainda que esta actividade seja condicionada pelo Dodd Frank Act⁵² pode acontecer que grupos Tutsi ligados ao regime, financiem a paz na região do Kivu (financiando grupos armados rivais; genocidários, Hutu) para garantir a actividade destes grupos económicos que beneficiarão, muito, a economia ruandesa. Todas estas ligações são difíceis de identificar, bem como os limites da acção dos diferentes grupos⁵³.

Uma das constações reforçadas (e como é bem visível no mapa dos road-blocks em anexo) é a de que o exército congolês (FARDC) é parte activa na criminalidade.⁵⁴

Observamos ainda a partir dos dados recolhidos, o reforço da ideia de que se o Estado na sua forma materializada é fraco – a sua presença através de milhares de funcionários

⁴⁹ “Os métodos para partilhar os incidentes humanitários e fazer o seu levantamento evoluíram, assim persiste a dúvida sobre se este aumento numérico tem a ver com a maior capacidade para esta recolha de dados” (E2)

⁵⁰ “(...) constatamos um aumento de crime em toda a província, toda a província! (...) sobretudo nas províncias de Rushuru e Beni” (E5)

⁵¹ “a exploração artesanal de minerais e a exploração multinacional dos mesmos são fundamentais para compreender o financiamento dos grupos. A Alhamine (...) um fundo transfronteiriço (...) têm controle absoluto sobre as FARDC a o PNC - estas forças armadas são o exército pessoal da Alhamine. Separadamente é possível que estejam a financiar as milícias Mai-Mai.” (E3).

⁵² Directiva Americana, implementada por Obama que, numa das suas secções, regula o comércio de mineral que obriga as empresas com negócios via EUA a utilizarem “conflict-free minerals”

⁵³ “a fragmentação no cenário político é uma característica fundamental para entender a região. A realidade dos grupos é menos homogénea (...) há mais dificuldade na identificação da liderança.” (E4)

⁵⁴ “(...) os diferentes actores estão à procura de outras formas de recuperação de dinheiro (...) quanto às barricadas os primeiros operadores na região são as forças armadas congolêsas” (E5)

é uma realidade.⁵⁵ A corrupção institucional é um grande problema amplamente justificado pela falta de pagamento de salários aos quadros públicos.⁵⁶

Uma das graves limitações apontadas na actuação das ONG's e da Sociedade Civil no território é de que estas são reféns, por um lado das agendas externas das Agências de Desenvolvimento/ prioridades de actuação, por outro lado da competição pelos fundos disponíveis⁵⁷. A maioria das ONG's depende de financiamentos públicos (salvo raríssimas excepções, como é o caso conhecido dos MSF)⁵⁸. Estes financiamentos são condicionados e não estão sempre em sintonia com as reais necessidades locais. Quanto ao futuro da região, é crucial avaliar a inter-ligação e o trabalho concertado entre os agentes humanitários e os agentes de desenvolvimento. A perspectiva simplista de que as acções humanitárias são um erro ou não são de todo a via a seguir é uma falácia, a realidade do terreno demonstra bem o quanto os congolese e estas populações precisam de cuidados básicos, nomeadamente na área da saúde - em que o que está em jogo é viver ou morrer (E3) (ter acesso a uma cirurgia ou um tratamento especializado ou não ter). Para estes problemas são necessárias respostas rápidas – algumas organizações, entre as quais, novamente, os MSF têm uma reputação intocável nas regiões em que operam, contrariamente ao que acontece com muitas outras Agências. Foi observada na primeira pessoa em diversas ocasiões, conversas, e intercâmbios a enorme consideração que a população congolese tem por esta organização. É tão

⁵⁵ "(...) o Estado Congolês tem na verdade demasiadas pessoas (...)" (E2); "O Estado é tão ausente e tão presente ao mesmo tempo." (E4); "O Estado existe, há instituições (...) cada um governa cada pequeno estado à sua maneira, não há coesão na gestão do país" (E5)

⁵⁶ "(...) o facto de ninguém ser pago, não torna estas acções corretas, mas ajuda a entender a postura e as motivações por detrás da violência e corrupção" (E3)

⁵⁷ "(...) são altamente dependentes dos financiadores, da sua participação nos Clusters onde se posicionam para lutar por financiamento para os seus programas" (E2); "o financiamento institucional nem sempre está relacionado com as prioridades (...) um exemplo, a situação dos migrantes internos (...) em fuga dos conflitos – há ONG's que fornecem dados falsos a doadores para corresponder a exigências e receberem mais fundos" (E3)

⁵⁸ Os MSF em repúdio das políticas da UE relativamente aos emigrantes no Mediterrâneo, tomaram a posição pública de deixar de receber qualquer financiamento da UE bem como dos seus governos para as suas operações. Perto de 95% do seu financiamento anual (1.6B USD) depende de privados (fonte MSF, International Report 2017)

somente por esta aceitação existir que a organização é autorizada (por grupos armados e partes em conflito) a prestar auxílio nos territórios mais remotos.⁵⁹

Em termos económicos, apesar destas Organizações, especialmente no HUB de Goma serem grandes empregadores⁶⁰, coloca-se a questão da eficiência na Ajuda e se a gestão de recursos destas organizações é feita de forma eficiente – será que a grande parte destes orçamentos de projectos permanece na RDC, em empresas e cidadãos Congolezes?⁶¹. Como um exemplo positivo já referido, temos a percepção a partir da observação empírica que os MSF são, no terreno, (devido aos seus procedimentos de gestão e operacionalização, devido aos seus resultados visíveis na região) claramente a ONG mais respeitada pela população – anualmente com um investimento de 107M USD na RDC (a maior operação a nível global) a organização garante perto de 2 milhões de atendimentos de saúde anuais – entre as quais consultas de especialidade e intervenções cirúrgicas em locais remotos nos quais e pela difícil situação de segurança é a única ONG⁶².

Relativamente à intervenção da MONUSCO⁶³, este é um tema pouco consensual. A percepção geral das ONG's e de muitos dos próprios agentes é de que a Missão é ineficiente na manutenção da Paz⁶⁴. Por um lado, há pouca capacidade para aferir os resultados positivos da Missão⁶⁵ e por outro existe também o facto da Missão colaborar com o exército congolês – o facto da MONUSCO ser facilitadora da paz e activamente

⁵⁹ *“As organizações da sociedade civil têm ajudado muito os congolezes (...) exemplo do prémio Nobel da Paz Denis Mukwege ajudou só ele mais de 50.000 mulheres”* (E5)

⁶⁰ *“Trabalhar para uma ONG é alcançar o estatuto de classe média em Goma”* (E4)

⁶¹ *“Em 2014 (...) o Governo Japonês deu cerca de 5/6 M USD para Rubaya (comunidade de exploração mineira artesanal), várias organizações envolvidas PNUD/ CARE/ FAO – (...) não consigo entender onde foi utilizado este dinheiro. Vi a criação de uma ponte, uma escola, mas um orçamento tão grande apenas para a construção destas pequenas coisas? Esta é uma questão que muitos congolezes colocam a si próprios (...)”* (E5)

⁶² Dados MSF – International Report 2017

⁶³ A própria referência a “intervenção” não é consensual – *“Eu diria antes uma presença, não uma intervenção. Como em toda a parte, numa missão de manutenção de paz as ações e o mandato são limitados.”* (E6)

⁶⁴ *“Na minha perspetiva se a MONUSCO tem algum impacto este é negativo”* (E3)

⁶⁵ *“A presença de 10,000 capacetes azuis na fronteira entre o Ruanda e a RDC impede qualquer conflito entre os dois lados? Como se consegue avaliar isso?”* (E2)

estar envolvida com as FARDC que são parte activa e criminosa no conflito torna a sua presença e actividade bastante incongruente⁶⁶. Apesar de refutada por alguns agentes⁶⁷ a presença na região é vista por alguns como dissuasora na formação de outros grupos de guerrilha⁶⁸. É relevante referir o problema apontado relativamente ao orçamento desta estrutura na região (cerca de 1.1B USD ano, dados oficiais) – o valor deste investimento não é de todo visível na região⁶⁹.

Todos estes factores consolidam a ideia de um ambiente volátil no qual uma das consequências do conflito, as crianças que vivem na rua é uma problemática estrutural e prioritária da região.⁷⁰ Considerar este problema como um pequeno problema⁷¹, é quase aceitar a inevitabilidade do mesmo enquanto resultado da violência estrutural, é também hipotecar o futuro da região⁷². Como já vimos, estas crianças precisam absolutamente de estabelecer relações de vinculação e de um referencial de grupo. É assim e por uma questão de sobrevivência que integram ciclicamente os grupos armados tornando-se elas mesmas parte activa e perpetuadoras do conflito.⁷³

⁶⁶ “É inaceitável que a MONUSCO basicamente se tenha de envolver com as FARDC que são parte do conflito” (E3)

⁶⁷ “Há esta ideia de protecção – de que o facto da MONUSCO estar presente é suficiente como um mecanismo de dissolução. Existem inúmeros estudos de caso em que fica claro que o uso da força não tem qualquer efeito positivo sobre as dinâmicas de conflito” (E4)

⁶⁸ “(...) a presença da comunidade internacional e da MONUSCO tem um efeito dissuasor na organização de grupos armados” (E5)

⁶⁹ “(...) é orçamento, é uma loucura. Será que o Estado não pode exigir que a Missão controle a gestão do orçamento?” (E5)

⁷⁰ “Sim, há definitivamente uma correlação entre o nº de crianças de rua e a violência e o conflito (...) muitas pessoas fugiram das áreas rurais e muitas famílias ficaram fragmentadas.” (E4)

⁷¹ “pequeno problema, dentro de uma dinâmica maior” (E2)

⁷² “o futuro de todas estas crianças está hipotecado e assim o futuro da região está também hipotecado. É muito fácil que estas crianças passem a integrar grupos armados e cresçam na criminalidade (...) isto é um fenómeno muito sério e perigoso. É uma bomba-relógio” (E5)

⁷³ “As crianças de rua são uma creche de recrutamento e uma oportunidade para os grupos rebeldes (...) estas crianças são vítimas usadas muitas vezes pelas forças de segurança (PNC e FARDC). Roubam e veem-se obrigadas a dividir o que roubam com estes agentes em troca de protecção.” (E1)

5. CONCLUSÕES

Pretendemos demonstrar através deste trabalho que as causas de conflito no Norte-Kivu são multifatoriais e devem ser lidas à luz da sua trajetória histórica colonial, e de um evento fundamental traumático para a região: o Genocídio do Ruanda.

Tentámos expor a ideia de que a tónica das circunstâncias que explicam a continuidade das guerras civis centra-se não na questão das motivações (ganância e ressentimento) mas antes na *feasibility*, a viabilidade para a ocorrência de um conflito. Desta forma, as dinâmicas de violência na RDC devem ser observadas a partir da ideia de que enquanto existir: viabilidade i) no acesso ao armamento e ii) a largos financiamentos que sustentam as guerrilhas na região, então a conflitualidade permanecerá.

Esta ideia, como pretendemos demonstrar, contraria uma tendência na análise política clássica que tenta encontrar “causas específicas” para o confronto entre diferentes fações num mesmo estado – normalmente relacionadas aparentemente e exclusivamente com divergências ideológicas; interétnicas e ressentimento histórico. A visão da economia política, segundo Collier et al. centra-se por seu lado na hipótese da viabilidade reforçando a ideia de que os factos que estão inicialmente na agenda dos grupos rebeldes são acessórios e acidentais na explicação destes confrontos.

Ainda na contextualização e aprofundamento das causas de conflito, uma das explicações para a incapacidade do Estado é segundo a ATN (*actors network theory*) a falta de infraestruturas sólidas e tecnologia que reforce junto da população a ideia de poder centralizado. No entanto e apesar da inexistência de uma presença material robusta do Estado Congolês (sobre a forma de infraestruturas físicas, contrariamente ao que acontece, por exemplo, no país vizinho, Ruanda) o Estado é descrito como “sobre-presente”, através de uma larga rede de funcionários que contribuem para a

fragmentação do poder político e manutenção de lógicas de corrupção no aparelho estatal. A presença das Nações Unidas na região, nomeadamente na sua vertente militar – MONUSCO é vista como um elemento dissuasor da ação e florescimento de milícias na região, não sendo uma visão consensual pois é apontada como ineficiente do ponto de vista financeiro e operacional.

As crianças aqui expostas são, um resultado e subproduto de toda esta dinâmica de conflito e uma consequência de níveis de pobreza extrema em que muitas famílias subsistem. Muitas crianças começam na mendicância para contribuir para as suas famílias e procuram a autonomia e vinculação no seu grupo de referência de rua - já que este lhes parece ser um melhor caminho para a sobrevivência. Muitas são por outro lado fruto dos movimentos migratórios internos e de famílias despedaçadas que fugiram dos seus territórios ao longo dos anos.

A existência deste grupo de cidadãos tão vulnerável, bem como a multiplicação de grupos armados e de barreiras “*check-points*” que escravizam a população congoleza são parte da constatação do falhanço de mais de três décadas de Ajuda Humanitária centralizada precisamente em Goma e na Região dos Kivus, bem como da falta de retorno de todo o investimento financeiro feito ao longo dos anos – como justificar estes resultados perante o orçamento da MONUSCO (apenas um dos atores entre as centenas na região) de mais de 1 Bilião de dólares anuais?

Parece-nos fundamental assim apontar a eficácia da Ajuda como um tema central a ser explorado futuramente e na análise deste contexto, bem como observar com detalhe qual o papel das Multinacionais que exploram as minas na região e quais as suas efetivas ligações aos grupos armados – este é um trabalho desenvolvido sobejamente por estudiosos na área dos estudos de conflito. Regressando à teoria e hipótese apontada por Collier e Hoeffler – parece-nos importante perceber de que forma poderia o acesso

ao financiamento destes grupos armados bem como ao armamento ser controlado? O exemplo que advém do Ruanda, através de controlo estatal repressivo é de inexistência destes grupos no território e intolerância total por parte das autoridades para qualquer barreira de estrada, ou seja, a impossibilidade de captação de rendimento por esta via. Parece-nos importante referir o trabalho das Nações Unidas – sobretudo da Agência UNMAS que procede ao trabalho de desminagem, mas também de captação e destruição de armas no terreno – com a construção de estruturas para esta destruição – é certo que o problema do acesso ao armamento começa verdadeiramente na venda e tráfico internacional que permitem o acesso destes grupos ao armamento (também este tema mereceria um trabalho de investigação específico que não cabe nesta pesquisa).

Constatámos finalmente que não existe uma resposta concertada para a situação das crianças de rua do ponto de vista humanitário. Apesar da RDC ter ratificado Convenções Internacionais de Proteção à Criança e apesar da presença de inúmeros agentes humanitários na região não foi descrita nenhuma política coordenada para a intervenção e apoio a estas crianças.

Como recomendações que possam informar um futuro plano de ação sugerimos três esferas de intervenção fundamentais: i) realização de estudo aprofundado que forneça os dados exatos relativos ao número de crianças em situação de rua e as suas principais necessidades de forma a informar detalhadamente um plano de ação; ii) coordenação de agentes humanitários e de desenvolvimento no terreno para a criação de uma resposta no plano humanitário que possa prestar cuidados urgentes a estas crianças que estão em situação diária de risco e sujeitas a níveis inaceitáveis de violência; iii) financiamento e fortalecimento do trabalho do Governo Congolês no desenvolvimento de políticas e planos de proteção social na infância que possam proteger estes cidadãos que constituem um dos grupos mais vulneráveis no contexto da RDC.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, Madalena (2006), *(Des) Equilíbrios Familiares - Uma visão sistémica*, Quarteto, Coimbra
- Augé, Marc (1994), *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobre modernidade*, Bertrand Editora, Lisboa
- Bailey, Sarah (2017), *Humanitarian Cash Transfers in the DRC*, Overseas Development Institute, Londres
- Bowlby, John (1993), *Separação – Angústia e Raiva*, Edições Martins Fontes, São Paulo
- Büscher, Karen (2018), *African cities and violent Conflict: the urban dimension of conflict and post conflict dynamics in Central and Eastern Africa*, Journal of Esatern African Studies 12:2 193-210
- Buscher, Karen; Vlassenroot, Koen (2009), *The city as frontier: urban development and identity processes in Goma*, Conflict Research Group, University of Ghent, Belgium
- Chang, Ha-Joon (2009), *Hamlet without the Prince of Denmark: How development has disappeared from today's 'development' discourse*, Faculty of Economics University of Cambridge, UK
- Coalition des Organizations de la societe Civile Anti-Esclavagistes (2018), *Rendez-moi mon enfance - "La rue n'est pas ma mère, elle n'est pas plus ma place"*, Goma RDC
- Coellier, Paul and Hoeffler, Anke (2004), *Greed and Grievance in Civil War*, Center for the Studies of African Economies, University of Oxford, UK
- Coellier, Paul; Hoeffler, Anke and Rohner, Dominic (2008), *Beyond Greed and Grievance: Feasibility and Civil War*, Oxford University Press, UK
- Coghlan, Benjamin; Ngoy, Pascal; Mulumba, Flavien; Hardy, Colleen; Bemmo Valerie; Stewart, Tony; Lewis, Jennifer; Brennan, Richard (2007), *Mortality in the Democratic Republic of Congo, an ongoing crisis*, International Rescue Committee and Burnet Institute
- Congo Research Group (NYU), Human Rights Watch, (2017) *Kivu Security Tracker Report- December 2017*
- CSP, Center for Systemic Peace (2016), *State Fragility Index*, USA

- Eichstaedt, Peter (2012), *Capturing Congo: Gold, Guns and Strife*, Foreign Affairs
- General Assembly of the United Nations (2015), *Transforming Our World, the 2030 Agenda for Sustainable Development*, United Nations, New York
- Hewitt, Joseph; Wilkenfeld, Jonathan e Gurr, Ted (2008) *Peace and Conflict*, Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland, USA
- Hobbes, Thomas (1651/ 1983: Tradução de Monteiro, João e Nizza da Silva, Maria Beatriz) *Leviatã. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil* AbrilCultural, São Paulo
- Jensen, David e Halle, Silja (2015), *Natural Resources and Conflict – a guide for mediation practitioners* – United Nations Environmental Programme e United Nations Department of Political Affairs
- Kopytoff, Igor (1987) *The African Frontier: The reproduction of Traditional African Societies*, Indiana University Press, USA
- Mortensen, Malene (2013) *The Breakdown of Societal Order in the Democratic Republic of Congo*, Grin Publisher
- MSF, Médecins Sans Frontieres (2017) *Clinique Mobile Urbaine – Evaluation de l’impact de l’activité et perspectives*, Centre Opérationnel de Bruxelles de MSF, Goma DRC
- MSF, Médecins Sans Frontieres (2017) *Relatório Internacional*, Paris
- NRC (Norwegian Refugee Council) (2015), *Urban IDP Profiling and needs Assessment in Goma: Democratic Republic of Congo*
- OECD (2016) *States of Fragility Report: Understanding Violence*, Paris
- OECD (2018), *States of Fragility Report*, Paris
- ONU, (2017) *Relatório de Desenvolvimento Humano*
- Orton, Ian; Richardson, Dominic and Stewart David (2019), *Report on Social Protection for Children*, ILO-UNICEF, Geneva

- Partow, Hassan; Slotte, Henrik; Thiaw Ibrahim (2011), *The Democratic Republic of the Congo: Post-Conflict Environmental Assessment: Synthesis for Policy Makers*, United Nations Environment Programme
- Portugal, Gabriela (1998), *Crianças, Famílias e Creches: uma abordagem ecológica da adaptação do bebé à creche*, Porto Editora, Porto
- Rennó, Raquel (2018), *What's app: the widespread use of whatsapp in political campaigning in the global south*, Tactical Technology Collective – Our Data, our Selves Project
- Reno, William (1997) *Sovereignty and Personal Rule in Zaire*, African Studies Quarterly | V1, N°3
- Rist, Gilbert (2007), *Development as a buzzword*, Development in Practice, V17, N°4/5
- Rorison, Sean (2012), *Congo Democratic Republic*, The Globe Pequot Press, USA
- Sachs, Jeffrey and Warner, Andrew (2001), *Natural Resources and Economic Development, The curse of natural resources* - Center for International Development, Harvard University, USA
- Sadiki, Koko, (2014), *The Mouvement du 23 Mars and the Dynamics of a failed Insurgency in the Democratic Republic of Congo*, South African Journal of International Affairs 21 (2) pág 261-278
- Sawada, Yasuyuki (2015), *The Impacts of Infrastructure in Development: A Selective Survey*, Asian Development Bank Institute, Tokyo
- Schouten, Peer (2013), *The Materiality of State Failure: Social Contract Theory, Infrastructure and Governmental Power in Congo*, Millenium - Journal of International Studies
- Schouten, Peer; Murairi, Janvier; Kubuya, Saidi (2017), *Everything that moves will be taxed: the political economy of roadblocks in North and South Kivu*”, IPIS and (DIIS) Danish Institute of International Studies, Copenhagen
- Stengers, Jean (1989), *Congo: mythes et réalités. Cent ans d'histoire*, Duculot, Paris
- Sterns Jason; Vogel Christoph (2015), *The Landscape of armed groups in Eastern Congo*, Congo Research Group, New York University - Center on International Cooperation, USA
- União Africana (2019), *Communiqué of the High-Level Consultative Meeting of Heads of State and Government on the situation in the Democratic Republic of the Congo*, Addis-Ababa

- UNICEF (2018), *DRC Humanitarian Situation Report*, June 2018
- Van Reybrouck, David (2015), *Congo the Epic History of a People*, Harper Collins Publisher, London
- Waterman, Daniel (2004), *Journey after Darkness A Study of Goma, Zaire in 1994: Cholera and Clean Water*, Masters in Public Health, Capstone Project, UNICEF
- Weyns, Yannick; Hoex, Lotte e Matthysen, Ken (2016), *Analysis of the interactive map of artisanal mining areas in eastern DR Congo*, International Peace Information Service (IPIS), Belgium

Recursos Web/ Multimédia

- Free the Slaves - <https://www.freetheslaves.net>
- Jaillon, Alexandre; Matthysen, Ken; Bouuaert, Manuel (2018) *Interactive map of Artisanal mining exploitation in eastern DRC*, International Peace Information Service (IPIS), Belgium - <http://ipisresearch.be/publication/interactive-map-artisanal-mining-exploitation-eastern-dr-congo-2018-update>
- Lumumba, Patrice (1960), *Lettre à sa femme*, documento histórico, disponível em: <https://www.jeuneafrique.com/182878/politique/la-derni-re-lettre-de-patrice-lumumba-sa-femme/>
- MONUSCO - <https://monusco.unmissions.org>
- Netflix – Documentário: Virunga - <https://virungamovie.com/>
- ONU- World Population Prospect - <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/>
- The World Fact Book, CIA: DRC overview - https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_cg.html
- Williams, George Washington (1890), *Open Letter to King Leopold on the Congo*, documento histórico, disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/primary-documents-global-african-history/george-washington-williams-open-letter-king-leopold-congo-1890/>
- World Bank: DRC overview - <https://www.worldbank.org/en/country/drc/overview>
- Worldometers – Statistics - <http://www.worldometers.info>

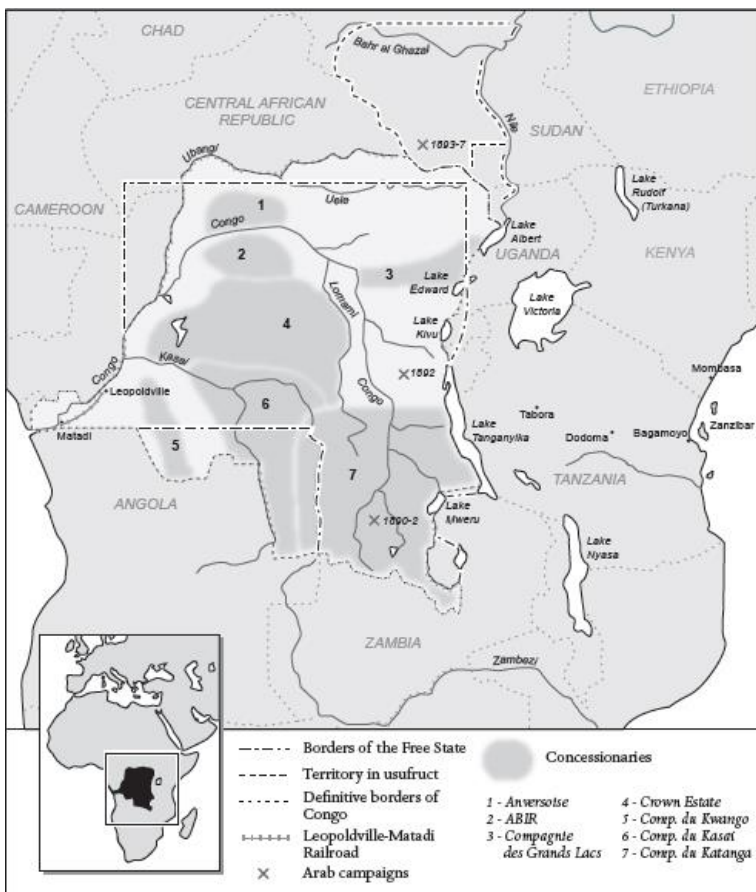
7. ANEXOS



I. **Mapa da Republica Democrática do Congo**
(fonte: <http://www.familyplanning-drc.net>)

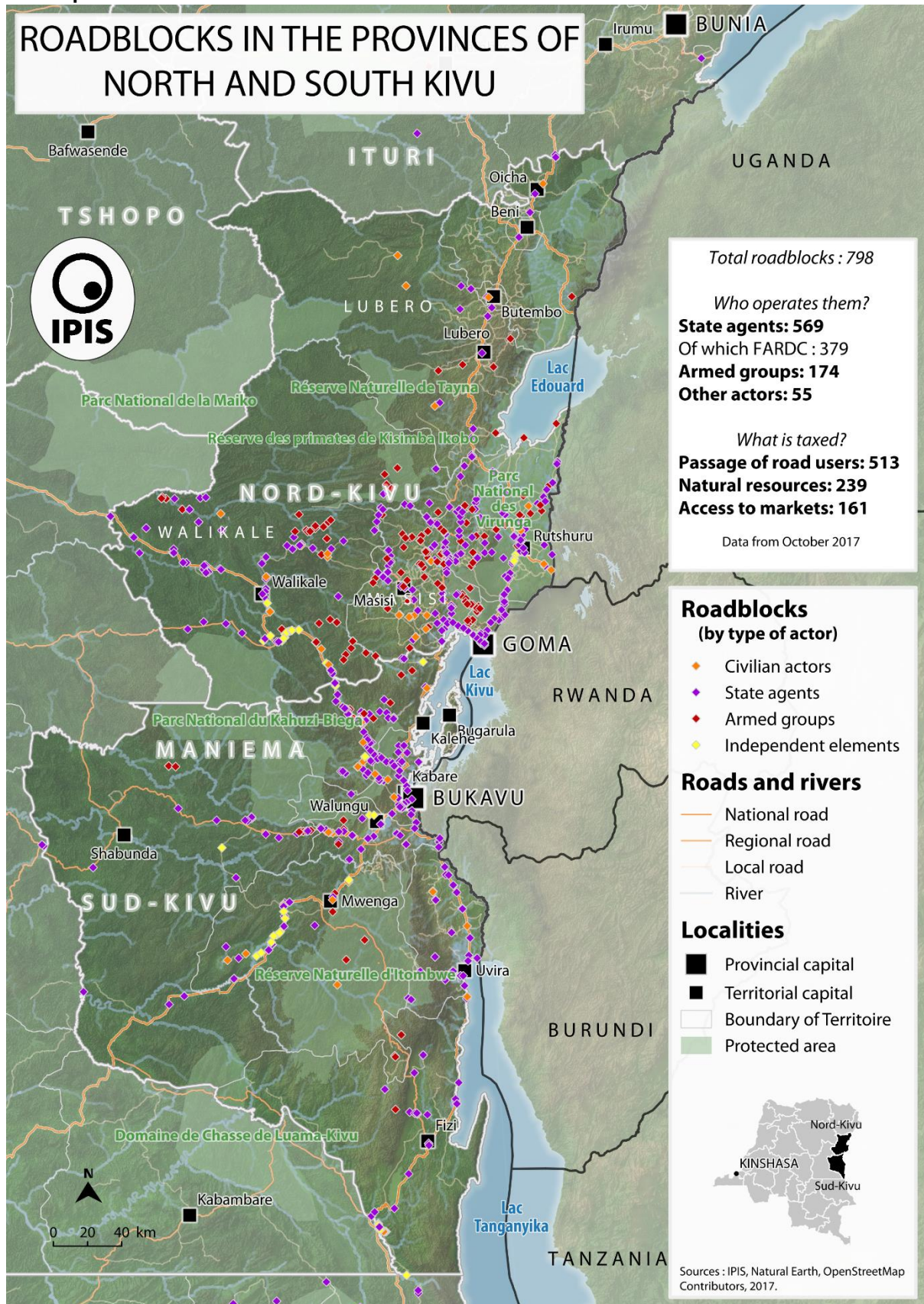


II. **Mapa da Região do Norte Kivu**
(fonte: <https://reliefweb.int>)



III - **Mapa do Congo – Free State 1885-1908**
(fonte: Van Reybrouck, 2015)

IV - Mapa dos Road-Blocks nas Províncias do Kivu



(Fonte - Schouten et al)

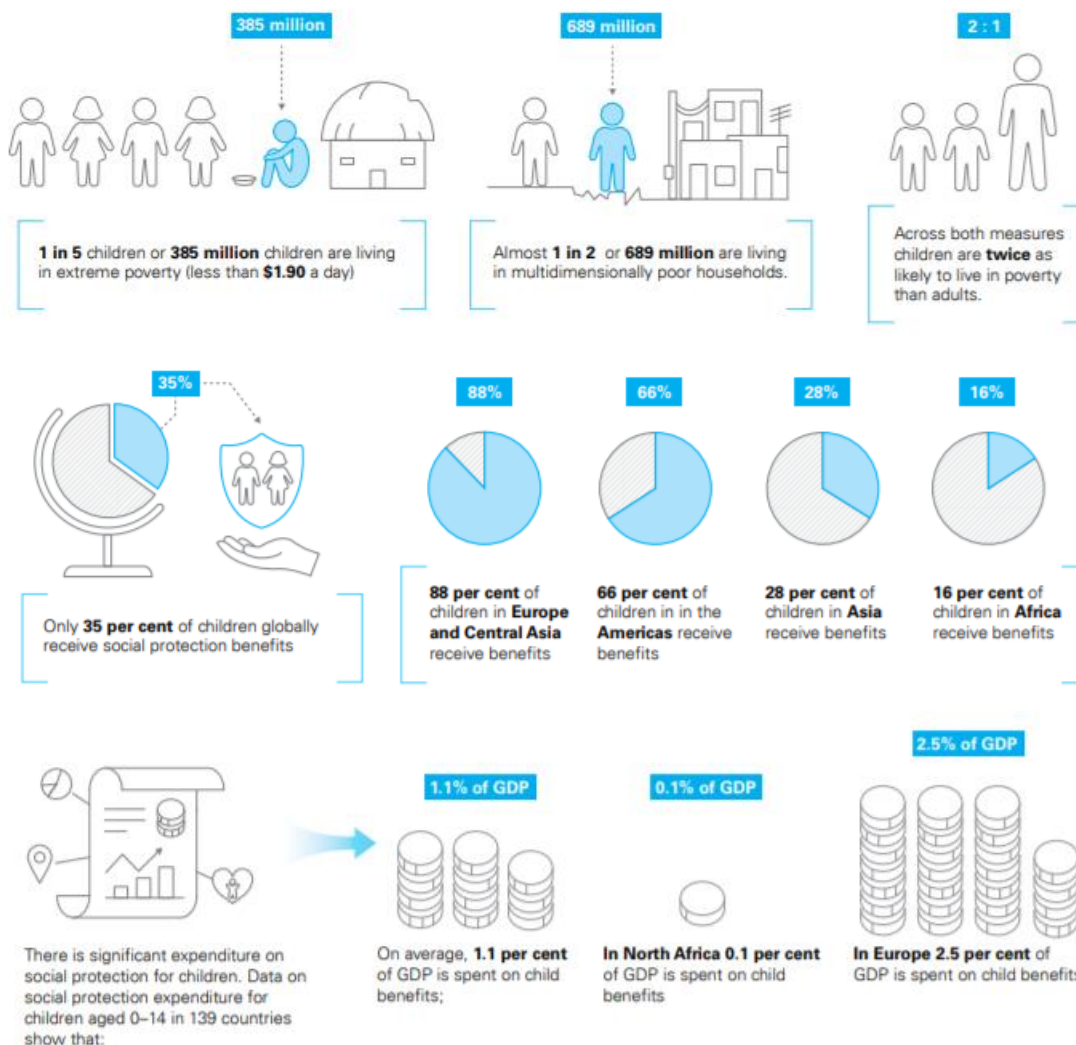
V - " Portanto tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultura da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta." (Hobbes)

VI - Na Agenda 2030 encontramos alguns exemplos da importância dada às Infraestruturas, de forma transversal em três objetivos: i) "Goal 9 – Build resilient infrastructure, promote inclusive and sustainable industrialization and foster innovation" ii) "Goal 11 – Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable." iii) "Goal 13 – Take urgent action to combat climate change and its impacts"

E ainda no parágrafo 34 – "We recognize that sustainable development and management are crucial to the life of our people. We will work with local authorities and communities to renew and plan our cities and human settlements so as to foster community cohesion and personal security and to stimulate innovation and employment".

(Fonte: ONU – Transforming Our World, the 2030 Agenda for Sustainable Development)

VII - Dados sobre Proteção Social na Infância a nível Global – Fonte ILO/ UNICEF, 2019



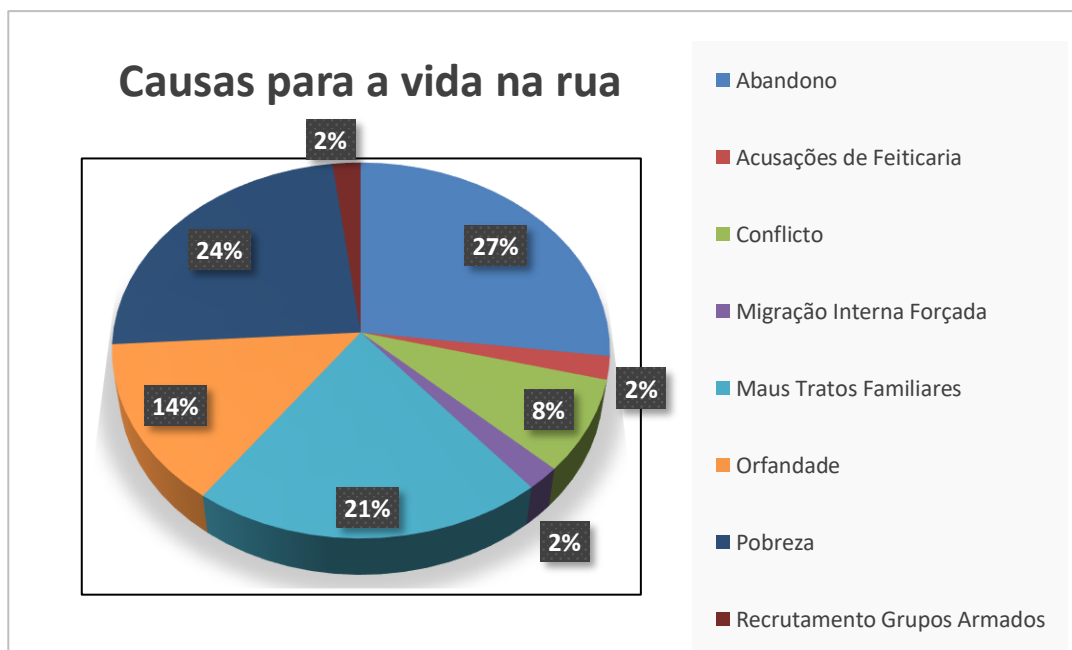


VIII - Vulcão Nyaragongo
Julho 2018 – Quartier des Volcans,
Goma - (foto da autoria da própria)

IX - Definição de Escravatura segundo a Organização Free the Slaves:

“Slavery is the holding of people at a workplace through force, fraud, or coercion for purposes of sexual exploitation or forced labor so that the slaveholder can extract profit. Free the Slaves uses a sociological definition to describe slavery: a person who is forced to work, without pay, under threat of violence, who cannot walk away”

X - Dados MSF – Relatório “Clinique Mobile Urbaine – Bobo Mobile”
(com base na consultação a 1759 crianças nas ruas em Goma)



XII – Nota Metodológica

Em seguida, apresentamos as principais justificações para os métodos de recolha bem como as dificuldades e limitações do estudo exploratório desenvolvido.

A escolha do tema e do território passou pela verificação in-loco da questão – Goma, no contexto congolês é uma cidade onde encontramos um grande número de crianças a viverem na rua, uma problemática grave e insuficientemente documentada. Por me encontrar fisicamente no território e pela proximidade e acesso ao terreno a escolha deste contexto pareceu-me a mais adequada. Na ótica da investigação-ação propusemo-nos a estudar este tema com o objetivo de informar a curto/ longo prazo decisores políticos e que esta pesquisa e enquadramento da problemática possa reforçar a importância da criação de respostas humanitárias para estas crianças.

Em relação à recolha de dados, esta foi feita ao longo do tempo de pesquisa e redação em várias fases. Numa primeira fase de análise de bibliografia sobre o contexto, processo histórico da RDC e da região em específico, bem como leitura de textos na área dos estudos de conflito e relações internacionais. Num segundo momento foram realizadas entrevistas semiformais com seis atores-chave identificados na região e que pudessem informar a reflexão (estas entrevistas foram resumidas e de forma intencional transcritas para o trabalho dando voz direta aos entrevistados). Foram também efetuadas várias visitas em pontos-chave da cidade de Goma - nomeadamente no *Quartier des Volcans* e Rotundas da cidade, bem como locais de passagem onde se estabeleceu contacto informal com algumas das crianças e jovens que vivem nas ruas. Numa terceira fase foram realizadas mais leituras aprofundadas na área da proteção na infância bem como a análise de dois relatórios fundamentais preparados por organizações com trabalho de fundo na região e que por isso têm a legitimidade apropriada para a recolha de dados junto das crianças – nomeadamente os MSF e a *Coalition des Organisations de la Societe Civile Anti-Esclavagistes*.

A recolha de dados de forma direta através de entrevistas às crianças foi uma hipótese afastada desde o início por dois motivos fundamentalmente éticos: i) julgamos que para legitimar a interação com estes jovens de forma a informar a pesquisa, parece-nos que a condução de entrevistas deveria situar-se num projeto de intervenção mais alargado (numa ótica de investigação-ação) no qual as crianças fossem mais do que público-alvo. Como não foi desenvolvido um trabalho de longo-termo com estes jovens não seria adequado procurar o relacionamento com os mesmos de forma utilitarista para recolha de dados ii) por me encontrar no território a desenvolver um outro tipo de trabalho de ação humanitária em representação de uma organização, não existiam os meios e condições suficientes para me

dedicar a qualquer projeto ou ação de longo-prazo com estas crianças para lá de um contacto informal diário.

A análise bibliográfica ao longo de todo o processo baseou-se na consulta de fontes secundárias: relatórios de várias organizações: Instituições Multilaterais; ONG's; Think-tanks; foram consultados diversos artigos científicos e alguns documentos históricos.

O trabalho de campo decorreu durante os meses de Julho e Agosto de 2018, durante este período foram realizadas as entrevistas com os atores-chave identificados e procurou-se responder a cinco questões fundamentais centradas sobre: i) Contexto e Situação de segurança no Norte Kivu; ii) O papel do Estado na região; iii) O papel da Sociedade Civil na região; iv) O papel da MONUSCO na região; v) A problemática das crianças que vivem nas ruas de Goma e a sua co-relação com a dinâmica de conflito na região. A minha permanência na região estendeu-se de Outubro de 2017 a Setembro de 2018 – durante todo este período e como resultado da minha actividade profissional pude conhecer substancialmente a cidade de Goma e arredores, a região de Masisi à qual me desloquei diversas vezes e onde estive várias semanas e ainda Kinshasa onde estive igualmente várias semanas, bem como Gisenyi e Kigali no Ruanda. Todas estas experiências bem como todos os congolese e expatriados com os quais contactei serviram para informar o meu conhecimento e perceção sobre o território.

O desenvolvimento deste trabalho foi condicionado por várias limitações, restringindo este estudo à sua dimensão de caso exploratório. Este trabalho deverá ser entendido como uma primeira abordagem a um tema que pela sua complexidade requer um investimento de tempo e meios superior. Algumas das limitações encontradas são: i) falta de dados plausíveis e oficiais sobre o número de crianças que vivem na rua; ii) falta de capacidade para a elaboração de um trabalho de fundo de realização de entrevistas a um número substancial de crianças (idealmente a amostra seria na ordem das centenas, para a obtenção destes resultados ter-se-ia de constituir uma equipa local de investigação); iii) falta de disponibilidade e meios para a visita e documentação dos orfanatos na cidade e do tipo de resposta promovida por estas instituições; iv) falta de disponibilidade e meios para a consulta e entrevista de órgãos oficiais do Estado Congolês.

Idealmente, para a elaboração de um estudo de fundo deve existir uma equipa local de investigadores congolese que possam integrar durante um período alargado uma equipa de investigação para a obtenção de dados a partir de uma amostragem superior; contacto com um número maior de atores humanitários e decisores políticos na região e preparação de workshops participados para a apresentação de resultados e advocacia que possa servir e contribuir para melhorar as políticas de apoio a estas crianças.

XII – BIOGRAFIA DOS ENTREVISTADOS E VERSÃO EXTENSA DA TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS

BIOGRAFIA - ENTREVISTADOS	
E1	Enfermeiro congolês com mais de 20 anos de serviço de trabalho na Assistência de Saúde de Emergência - Ministério da Saúde congolês e MSF. A sua visão não representa a visão da Organização. Nos últimos 6 anos, foi ponto focal de segurança e vice-coordenador de Projetos nos MSF (Secções Belga e Holandesa na Região do Kivu). Profundo conhecimento dos territórios do Kivus Norte e Sul - e de todos os diferentes grupos de interesse e grupos armados no território. Conhecemo-nos e estabelecemos contacto na RDC, Goma, durante meu trabalho de campo.
E2	Investigador no <i>Danish Institute of International Studies (DIIS)</i> , editor-chefe da Theory Talks, e investigador associado do International Peace Information Service em Antuérpia. Os principais temas de investigação são na área da teoria das Relações Internacionais; dinâmica de conflitos em ambientes voláteis; o papel das empresas nas dinâmicas de paz e conflito; extração mineral e economias de conflito; políticas de logística e infraestrutura. Vasto conhecimento e trabalho de campo na República Democrática do Congo, na República Centro-Africana e no Sudão do Sul. Está atualmente a trabalhar num livro chamado 'Roadblock Politics: logística e violência na África Central'. Conhecemo-nos em Copenhaga e estabelecemos contacto na RDC, Goma, durante meu trabalho de campo.
E3	Coordenador de Projetos dos MSF - a sua visão não representa a visão da Organização. Trabalhou vários anos na RDC em parceria com o Ministério da Saúde na Gestão de Hospitais nas regiões de Bukavu, Lulimba, Walikale e Mweso. Anteriormente foi coordenador de projeto e operações MSF em Walikale, coordenando uma equipa hospitalar de mais de 400 trabalhadores, juntamente com o Ministério da Saúde, bem como toda a gestão de segurança das operações médicas na região, incluindo gestão de comunicação com diferentes grupos armados. Mestrado em Relações Internacionais e Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Toronto. Conhecemo-nos e estabelecemos contacto na RDC, Goma, durante meu trabalho de campo.
E4	PhD Fellow na Universidade de Oxford - Departamento de Desenvolvimento. Mestrado em Desenvolvimento Internacional e Emergência Humanitárias pela LSE e Licenciatura em História pela University of Bristol. O seu trabalho de campo centra-se sobre o Norte Kivu e o estudo dos processos de negociação entre grupos armados na região e a Organização MSF - a fim de garantir acesso e segurança para as operações de Saúde de Emergência. Conhecemo-nos e estabelecemos contacto na RDC, Goma, durante meu trabalho de campo.
E5	Líder da sociedade civil congoleza e ativista anti-esclavagista. Parte do seu trabalho de investigação e ativismo centra-se sobre a questão da exploração de minerais do Norte Kivu. Recebeu em 2016 a Medalha da Liberdade Roger N. Baldwin. Colabora frequentemente com diversos institutos de pesquisa, como IPSO e Free the Slaves, coordenando equipas de investigadores locais no terreno. Conhecemo-nos e estabelecemos contacto na RDC, Goma, durante meu trabalho de campo.
E6	Gestora de Projetos numa das Agências das Nações Unidas presentes em Goma - responsável pelo desenvolvimento de projetos de infraestruturas na região e ligação com a missão MONUSCO. Possui um mestrado em Administração Pública e Gestão. Está na região há praticamente 2 anos. Conhecemo-nos e estabelecemos contacto na RDC, Goma, durante meu trabalho de campo.

- **Q1 - Com base na sua experiência, como avalia a situação de segurança e a tendência ascendente no número de incidentes de segurança na região no ano passado (em comparação com os anos anteriores, de acordo com as informações do INSO) - sequestros frequentes, aumento do número de postos de controle e barreiras, aumento geral do crime, especialmente na região de Goma - quais são os principais atores que atualmente podem ser sugeridos como mais responsáveis pelo contexto de conflito na região?**
 - **E1** - Regista-se um padrão no nº e tipo de incidentes na região - os incidentes estão relacionados com o contexto político, com a existência ou não de períodos eleitorais. **"Os atores políticos querem bloquear o acesso a outros candidatos rivais e reforçam os grupos armados para criar tensão nos territórios"** Em termos ilustrativos podemos observar vários exemplos - na primeira eleição na RDC, 2006 - é criado em 2007 o CNDP de Laurent Nkunda. Em 2011, na segunda eleição na RDC é criado em 2012 o M23 - em ambos os momentos eclodiram focos de rebelião para pressionar os Governos à concessão de lugares no Governo. Nestes períodos existem também tentativas de "intimidação de oponentes; ativistas de direitos humanos e a comunidade internacional para que não tenham a coragem de denunciar violações aos DH" - exemplo desta situação é o assassinato recente de dois especialistas das Nações Unidas na região do Kasai.
 - **E2** - É evidente que existe um maior número de incidentes relatados na região - em plataformas como o Kivu Tracker ou o INSO. No entanto é importante referir que o facto da tecnologia utilizada no mapeamento e um maior nº de investigadores na região pode estar na origem deste aumento numérico- existem hoje mais dados e relatórios disponíveis **"Os métodos para partilhar os incidentes humanitários e para fazer o levantamento destes incidentes evoluíram, assim, persiste a dúvida sobre se este aumento numérico tem a ver com a maior capacidade para esta recolha de dados"** Tem havido cada vez mais esforços para a certificação das minas o que traz mais insegurança para os mineiros artesanais. **"Há menos oportunidade para as pessoas do exército e dos grupos armados ganharem dinheiro com a mineração artesanal, então estas pessoas recorrem a outros métodos"**. Os militares estão a aumentar as práticas de tributação e é desde a base que estes atores começam a arrecadar dinheiro para si próprios - através de postos de controle e barreiras por exemplo.
 - **E3** - A região de Walikale, por exemplo, tem estado bastante calma desde 2014, ao contrário da região de Masisi e Rutchuro. Por isso depende da região específica. Mudança no conflito - a dinâmica do conflito pode ser cíclica, mudando de região para região. **É cíclico, pode estar relacionado com as eleições - de 2012/2014.** Todos os grupos vieram de uma determinada situação nos anos 90. Teoricamente eles podem ter surgido na altura como movimentos de autodefesa, mas neste momento, eles continuam a existir e perduram, porque querem assumir o controle dos recursos naturais. Se quisermos identificar o foco principal do conflito, este pode corresponder às zonas onde existem recursos. A exploração artesanal de minérios e a exploração multinacional dos recursos naturais são fatores fundamentais para compreender no terreno o financiamento destes grupos. **"O exemplo da Alphonse - oficialmente só existe no Congo, mas é um fundo de investimento transfronteiriço. Eles têm controle absoluto sobre as FARDC e as PNC, estas forças armadas são o exército pessoal da Alphonse. Separadamente, é provável que estejam a financiar as milícias Mai-Mai - definitivamente deve haver dinheiro a ir para estes grupos armados. A Alphonse expulsou 300 mineiros artesanais - eles incorporaram menos de 50 mineiros e expulsaram os outros."**

- **E4** - É difícil saber se há mais ou menos problemas de segurança o que temos a certeza é que são diferentes tipos de problema. **A fragmentação no cenário político é uma característica fundamental para entender a região. A realidade dos grupos é menos homogénea, é mais difícil saber quem está no controle. Porque os grupos são menores em nº de efectivos, há mais dificuldade na identificação da liderança.** Uma realidade é que os sequestros se tornaram cada vez mais frequentes, esta tendência veio da cidade de Rushuru e agora está a alastrar-se, geralmente a troco de dinheiro. Em Goma os primeiros alvos são crianças.
 - **E5** - Na verdade, devo dizer que constatamos que há um aumento do crime em toda a província - em toda a província! Notamos sobretudo um aumento da insegurança - nomeadamente nas cidades de Rutshuru e de Beni. Há pessoas que são obrigadas a pagar para conseguirem recuperar seus filhos e irmãos. Proliferação de bloqueios de estrada - os diferentes atores do momento estão a procurar outras formas de recuperação do dinheiro - porque os recursos minerais estão mais controlados. Em relação às Barricadas / cortes de estrada - primeiros operadores na região são as forças armadas congolesas, os grupos armados Mai-Mai, as FDR. Quem são os atores? No território de Beni, sempre dissemos que são as FDA (Forças Democráticas Aliadas), mas há outras informações que dizem que é o exército Congolês. Há informações claras de que existem elementos militares envolvidos. A situação de segurança é muito frágil e os intervenientes são muito numerosos pois muitos dos grupos armados fragmentaram-se em células mais pequenas.
 - **E6** - A região é conhecida pela instabilidade de segurança, dado o número de grupos armados e a forte presença da oposição, razão pela qual a situação é sempre difícil na região. Portanto não é de surpreender que a cidade de Goma e os seus arredores, se tornem cada vez mais inseguros, à medida que a situação económica se torna muito pesada, o que leva a um aumento da criminalidade.
- **Q2 - Como vê a presença do estado congolês como regulador na região - quais são os pontos fortes e os desafios das instituições públicas / representantes de instituições públicas com as quais trabalhou ou com as quais contactou no seu contexto profissional?**
 - **E1** - Fragilidade do Estado Congolês - Falta de vontade em estabilizar a economia e pagar aos agentes do Estado (militares; professores; trabalhadores de saúde e outros) **O Estado Congolês caracteriza-se pela fraude; corrupção; nepotismo; apropriação indevida de propriedade pública (venda de casas e concessões Estatais)**
 - **E2** - A existência do Estado Congolês enquanto instituição é em si mesmo uma ideia contraditória. Apesar de muitos negarem a existência de um Estado Congolês, já que em muitas comunidades são os grupos rebeldes que fazem o que o Estado deveria fazer - ajudam a resolver conflitos, constroem infraestruturas em alguns lugares, existem por outro lado fortes sinais da presença do Estado - nº de funcionários; só na região do Kivu existem 130.000 soldados por exemplo. **"No panorama geral há vários exemplos onde o Estado existe - em escolas, em centros de saúde - estes funcionários muitas vezes não recebem salários, mas estão lá por isso pelo contrário, o Estado Congolês tem na verdade demasiadas pessoas."**
 - **E3** - Trabalhámos com o Ministério da Saúde e com um gestor de zona muito cooperativo e colaborativo. **"Estado de direito - não é inexistente, é antes facilmente comprado. O Estado Congolês é definitivamente ineficaz e está completamente corrompido e bloqueado pelo sistema onde opera. E isso acontece com todas as outras autoridades da região. Ninguém se surpreende ao dizer que é um sistema completamente corrupto. O facto de ninguém ser pago, não torna estas ações**

corretas, mas ajuda a entender esta postura e as motivações por detrás da violência e corrupção."

- **E4** - O Estado é tão ausente e tão presente ao mesmo tempo. Existem infraestruturas rodoviárias, já há avanços na tecnologia biológica na área da saúde... É fácil dizer que não está presente, mas na realidade está em toda parte. Há agentes da ANR em todo o lado - em todas as pequenas aldeias há representantes do Estado. Muito típico da estrutura e dinâmica de poder na RDC - desde o tempo de Mobutu, em que as pessoas eram convidadas para representantes do Estado. **Existe também um paralelismo claro também com a época colonial - para conseguir governar, o poder colonial tinha de se fazer representar em todo o lado.**
 - **E5** - Eu sempre achei que a RDC era um estado fraco - é difícil dizer que vemos realmente a presença de instituições em todo o território nacional. Existem pontos fortes - o Estado existe, há instituições a todos os níveis - nacionais, regionais, supervisores que são nomeados para a administração. O maior desafio é que o estado é gerido de forma leviana - cada funcionário do estado, no local onde está, gere as coisas como quer. Por exemplo: podes ter a autorização de utilização de VISA (vindo de Lisboa), mas podes encontrar um agente do estado que diz que esse documento não é válido. Em termos da administração, cada um governa cada pequeno estado à sua maneira, não há coesão da gestão do país. Há espaços que não estão no controle do estado, porque são controlados pelos grupos armados (as instituições paralelas). Num território há administradores que não podem chegar a certas zonas porque essas zonas são controladas por grupos armados. A corrupção institucional e a questão da impunidade são questões preponderantes na governação do país. O crime, em vez de ser sancionado, é premiado. Temos um exército constituído por muitos criminosos no território nacional - os generais são os primeiros. As pessoas que têm grandes responsabilidades cometeram crimes graves contra a humanidade - é um ponto fraco do Estado.
 - **E6** - O maior desafio para as instituições públicas é a descrença dos cidadãos na sua capacidade de resolução das diferentes problemáticas da sociedade. Um dos pontos fortes a considerar é a disponibilidade de recursos para intervenções na região, mas isso é prejudicado por uma elevada taxa de corrupção.
- **Q3 - Como avalia a resposta das organizações da sociedade civil na região? E a coordenação da ação humanitária no Norte Kivu?**
 - **E1** - As ações da sociedade civil são limitadas pelas ações repressivas do Governo.
 - **E2** - A sociedade civil na RDC não funciona de forma independente - as organizações que aqui operam não têm nem capacidade nem meios para definir a agenda. Estas organizações são altamente dependentes dos financiadores, nomeadamente das Agências das Nações Unidas e da sua participação nos Clusters por eles coordenados - onde se posicionam de forma crucial para lutar por financiamento para os seus programas. **"A sociedade civil é principalmente implementadora de uma agenda externa - de agências de financiamento ou organizações que pertencem a empreendedores políticos para ganharem dinheiro"** "Qual deve ser a agenda? Deve ser uma Agenda de desenvolvimento ou uma Agenda Humanitária? Como deve ser planificada a ação - para o desenvolvimento de competências e capacidades a longo prazo ou a resposta a emergências de diferentes intervenientes?"
 - **E3** - "Há vários agentes a fazerem um trabalho muito bom, tendo impacto e contribuindo para a melhoria da vida das pessoas de uma maneira significativa." Em Walikale tínhamos as reuniões do Cluster - entre 8 a 12 ONGs locais, a maioria delas a realizar actividades agrícolas, piscicultura, etc. Todas as ONGs, locais ou internacionais, estão limitadas pelo financiamento e condicionamento das suas prioridades às agendas dos financiadores. Os MSF e o CICV são exceções neste cenário. Portanto, o financiamento institucional nem

sempre está correlacionado com as verdadeiras prioridades da região. "Um exemplo desta situação é a situação dos migrantes internos/ pessoas deslocadas entre regiões e em fuga dos conflitos – ONGs que fornecem dados falsos a doadores, para corresponder às exigências dos doadores e receberem mais fundos." **"Os MSF actuam em termos de intervenção de emergência, não contribuem para o reforço da capacidade de desenvolvimento do Ministério da Saúde. O que a organização está a fazer não é suficiente. Sabemos sempre que os números de atendimentos e pacientes com alta vão cair quando a organização deixa um território. É um debate válido se estamos a substituir o Ministério da Saúde, ou não? No entanto o facto é que se bem que os MSF não preparam o impacto a longo prazo, no imediato evitam diariamente que milhares de pessoas no mundo morram através da concessão gratuita de cuidados de saúde que muitas vezes significam a decisão entre a vida e a morte."** O número de agentes intervenientes na região é grande, o que dificulta a coordenação. A lógica de financiamento não ajuda, porque as organizações estão preocupadas com a justificação dos seus orçamentos e com os seus gastos

- **E4** - Trabalhar para uma ONG é o caminho para alcançar o status de classe média em Goma. **A resposta das ONG humanitárias ao conflito - as ONG são uma infraestrutura permanente, uma parte fundamental da infraestrutura política e social de Goma. Elas respondem de forma cíclica e a sua existência é tomada por garantida.** As organizações respondem a crises frequentemente - por existir tanta instabilidade crónica, a presença das ONG é fácil de justificar. Estas organizações são vistas como necessárias e permanentes.
- **E5** - A Sociedade Civil e outras ONGs têm um papel muito importante no país. Na documentação, na recolha de dados por todo o país. As organizações da sociedade civil têm ajudado os congolese nas áreas onde o Estado é fraco. Podemos tomar como exemplo do Prémio Nobel da paz Denis Mukwege - ajudou mais de 50.000 mulheres. Há coisas interessantes - a sociedade civil do Kivu Norte fez um ótimo trabalho de *lobbying* quando o M23 entrou em Goma, em 2014. Por outro lado, existem organizações que recebem financiamentos mas que não os distribuíram pela população - há organizações que não têm independência no seu trabalho - estão afiliadas a diferentes grupos políticos. Quanto à coordenação de Agências da ONU - no que diz respeito às ações no terreno - conheço o trabalho da OCHA, que coordena as ações do Cluster. Como congolês, o meu ponto de vista é misto, há pontos fortes e fracos. Pontos fortes: Em termos do desemprego aqui em Goma, acho que estas agências ajudam a recrutar muitos congolese, há muitos empregos para os nacionais. O dinheiro está a voltar à cidade de Goma. Há intervenções de ONGs estrangeiras que são visíveis no território - apoio aos Hospitais, construção de mercados e infraestruturas, apoio e suporte a projetos comunitários na região. Quanto aos pontos fracos: a questão fundamental é em relação ao orçamento destas organizações - a maior parte deste orçamento permanece no Congo e nos congolese? Em 2014 por exemplo o Governo Japonês, que deu cerca de (não estou certo do valor exato) 5/6M USD para Rubaya (comunidade de exploração artesanal de minas) - várias organizações envolvidas: PNUD, CARE, FAO. Mas se eu fizer uma pequena avaliação rápida, não consigo entender onde foi utilizado este dinheiro. Eu vi a criação de uma ponte e de uma escola... mas um orçamento tão grande apenas para a construção destas pequenas coisas? Esta é uma questão que muitos congolese colocam a si próprios - nós, da sociedade civil, na governação interna da sociedade civil, fazemos melhor que o estado? É muito importante que as ONGs tenham essa percepção - os congolese sabem que existem milhões e milhões destinados ao Congo e às vezes não vemos os resultados. Relativamente às agências das Nações Unidas - será que o salário do seu pessoal não excede o aceitável? O controle da burocracia sobre a distribuição de fundos é transparente?

- **E6** - Muitas das organizações humanitárias criaram uma situação de dependência na região, de tal forma que condicionam a forma como a comunidade se organiza.
- **Q6 - Como vê a intervenção da MONUSCO no Kivu do Norte? Qual é o papel desta missão no território e, com base na sua experiência e conhecimento da região, que contribuição ela deu para a estabilização de conflitos e a manutenção da paz na região do Kivu do Norte?**
 - **E1** - O papel na MONUSCO no Kivu Norte é limitado no tempo e espaço - tem por isso menos impacto no restabelecimento da paz. Durante os processos eleitorais a MONUSCO é o agente de sensibilização e o apoio logístico da Comissão Eleitoral - no entanto a MONUSCO dá apoio às FARDC (parte do conflito)
 - **E2** - Esta é uma grande questão, sobre a qual se podem escrever muitos livros. A MONUSCO está numa situação muito difícil, o seu mandato está lá a convite do Estado Congolês. É suposto dar apoio logístico e formação ao Exército e à Polícia, mas a MONUSCO não quer mais fazer isso, porque o Exército é o principal agressor dos Direitos Humanos e o regime que ele protege é contestado e deve ser abandonado. A MONUSCO faz muitas ações mais ligeiras - a proteção de civis, ações de patrulhamento, mostra uma presença física na região que pode dissuadir ações de violência, oferece apoio a programas de redução da violência, ajuda a sociedade civil. A presença de 10.000 capacetes azuis na fronteira do Kivu e do Ruanda impede qualquer conflito, entre os dois lados? Como se consegue avaliar isso? É fácil criticar a MONUSCO pelo que não faz bem - mas é difícil provar o que ela fez corretamente a nível da prevenção de conflitos. **Não se deve esquecer que a MONUSCO é um mecanismo para manter as grandes potências longe umas das outras no Congo - membros permanentes do conselho de segurança.**
 - **E3** - A principal contribuição que a missão da MONUSCO faz no território é dar às crianças locais biscoitos. Ineficaz é um termo que deve ser usado na melhor das hipóteses. É inaceitável que a MONUSCO basicamente se tenha de envolver com as FARDC que é parte do conflito. Quando os barcos no lago Kivu, na região do Kivu Sul, começam a atirar contra os rebeldes, pode ser dissuasivo, no entanto isso certamente contribui também para o aumento dos IDP (*internally displaced people*) na região. O batalhão do Paquistão tem o trabalho pior e eles não estão bem preparados ou equipados. Eles não são rápidos e eficazes a sair das suas bases para proteger a população - a sua linha de comando depende de Islamabad e não de NYC ou do Congo. A Missão tem estado a ser cada vez mais reduzida. **Na minha perspetiva se a MONUSCO tem algum impacto este é negativo.**
 - **E4** - Há esta ideia de proteção - de que o facto da MONUSCO estar presente é suficiente como um mecanismo de dissolução. Existem inúmeros casos de estudos em que fica claro que o uso força não tem qualquer efeito positivo sobre a dinâmica de conflito. Ao combater a guerrilha M23 a MONUSCO reforça o seu papel como parte ativa do conflito. Neste momento julgo que eles estão recuar. Estão num modo de proteção através de projeção. Estão a fechar algumas bases no terreno e a projetar a sua força a partir de Goma. **A opinião das pessoas em Goma é diferente da visão das pessoas nas áreas rurais, mais próximas dos centro de conflito. Há no entanto provavelmente uma crise de legitimidade geral em torno da sua intervenção.**
 - **E5** - No meu ponto de vista pessoal não devemos fazer muitas críticas à MONUSCO, porque o primeiro responsável pela segurança dos congolezes é o Estado Congolês. Um paquistanês, por exemplo, será que deixa o Paquistão para morrer no Congo? A estabilização implica que às vezes estes militares têm que combater. Parece-lhe que um militar paquistanês se vai envolver no combate como os nacionais deste país? Críticas positivas - antes da MONUSCO chegar, o país estava dividido em quatro blocos - a

presença da Comunidade Internacional e da MONUSCO tem um efeito dissuasor na organização de grupos armados. Há no entanto uma certa contradição - o orçamento da MONUSCO - 1.6B USD/ ano. Por exemplo - quatro soldados num jipe vão para Masisi - são despesas, é orçamento, é uma loucura. Tudo isto porque o nosso Estado é fraco. Será que o Estado não pode exigir que a missão controle a gestão do orçamento? Existe um problema de distribuição deste orçamento em termos das necessidades operacionais.

- **E6 - Eu diria antes uma presença e não uma intervenção.** Como em toda parte, numa missão de manutenção da paz, as ações e o mandato são limitados na intervenção para resolver ou trazer soluções para a problemática da sociedade, mas a sua presença faz com que algumas opções possam ser mais seguras do que outras. No entanto, o ponto fraco, é a falta de intervenção para os casos crescentes de criminalidade.

- **Q6 - Como observa ou correlaciona a existência de mais de 3.000 crianças de rua na cidade de Goma e o contexto de violência armada e conflito na região? Quais são os desafios e como observa a tendência da violência urbana na cidade e as condições de vida e o futuro dessas crianças e adolescentes?**
 - **E1 -** O fenómeno das crianças de rua em Goma começou em 1994 com a entrada de refugiados ruandeses em Goma - é um fenómeno que foi agravado pelos conflitos recorrentes de 1996 até hoje e pelo conseqüente êxodo rural. **"A tendência de violência urbana na cidade de Goma está relacionada com as dificuldades de inserção na vida ativa."** O sistema de segurança e proteção do cidadão em Goma é muito reduzido - os militares e os polícias não são pagos a tempo e têm um salário insignificante. Por isto mesmo, muitos criminosos atuam sem medo da justiça. O fenómeno do *kidnapping* é também muito preocupante - os sequestros são organizados entre criminosos e alguns membros de forças de segurança ou autoridade como forma de ganharem dinheiro, extorquindo a população. Goma, como já referido, está mais exposta à criminalidade por ser uma cidade fronteiriça - os criminosos que fogem do Ruanda encontram em Goma uma cidade com menor nível de controlo securitário e por isso ideal para prosperarem nas suas atividades criminosas.
"Estas crianças são vítimas, usadas muitas vezes pelas forças de segurança (PNC e FARDC). Roubam e vêem-se obrigadas a dividir o que roubam com estes agentes em troca de proteção"
"As crianças de rua são uma creche de recrutamento e uma oportunidade para os grupos rebeldes. Para além disso, estes grupos também aproveitam as manifestações para realizarem atos de vandalismo e incitarem à violência"
"O futuro destas crianças e adolescentes resta na obscuridade - não têm acesso à escola ou a formações e continuarão na rua por causa do desemprego".
 - **E2 -** É um reflexo da violência estrutural em curso no resto da província. Crianças que perdem as suas famílias e os seus pais - elas vêm de lugares que não são seguros, as suas comunidades foram atacadas. Melhor em Goma, e depois, nas suas próprias comunidades. **É um pequeno problema, dentro de uma dinâmica maior de crescente insegurança em Goma.**
 - **E3 -** Estas crianças são apanhadas no ciclo da pobreza. Um exemplo grave de trabalho infantil e escravatura é o que se passa nas minas de Misisi - É uma cidade de ouro. São 150.000 pessoas nesta cidade. Os MSF encontraram milhares de crianças nas minas, elas estão a trabalhar no que costumava ser um rio... nós tivemos de negociar com a cooperativa mineira para ter acesso a esta área e apoiar esta população. Estas crianças estão envolvidas num sistema e num ciclo que perpétua a violência. O contexto violento e a extrema pobreza que existe na região justifica a falta de condições que leva estas crianças até à rua - se hoje existem 3.000 crianças na rua, em poucos anos este número

pode vir a aumentar pois a situação económica na região não se alterou. **Tenho sérias dificuldades em imaginar um futuro alternativo para estas crianças.**

- **E4 - "Sim, há definitivamente uma correlação entre o número de crianças de rua e a violência e conflito presentes no país. Como consequência dos confrontos nas áreas rurais, muitas pessoas fugiram e muitas famílias ficaram fragmentadas. Muitas destas pessoas acabaram por vir para Goma. Com todos os refugiados internos na região e as inúmeras pessoas que estão constantemente a terem de se deslocar para fugir, por vezes as crianças acabam por ficar para trás." "Há gangues nas ruas de Goma - quem são essas pessoas? Como estão organizadas para quem estão a trabalhar? Muitas destas crianças são exploradas por adultos na cidade."**
- **E5 -** É uma questão fundamental - as crianças são o nosso futuro, é algo muito valioso. Não devemos chamá-los de crianças de rua - mas crianças que vivem na rua. O fenómeno das crianças de rua, aqui no Leste, remonta a 1994, quando os refugiados voltaram para cá. Antes não havia muitas crianças na rua. A maioria das crianças são ruandesas, vivem da mendicidade. Elas são chamadas de Maibobo. É um fenómeno que começou com os refugiados, e com o passar do tempo, com as crianças congoleesas que chegaram a Goma como refugiados de guerra separados das suas famílias. São crianças que vivem em condições muito difíceis na cidade, por diversas razões. Algumas estão na rua por causa da irresponsabilidade dos pais, outras foram separadas das famílias por causa da guerra, outras porque seguem outras crianças. Há ainda outras crianças que estão na rua porque não têm alternativas. As condições são muito difíceis para estas crianças. Algumas consomem drogas para passar o tempo, praticam crimes para terem comida - tudo isto para sobreviver. Há crianças que são forçadas e escravizadas por pessoas que as usam para cometer infrações, recebendo em troca produtos essenciais. O futuro de todas estas crianças está hipotecado - e assim o futuro da região está também hipotecado. É muito fácil que estas crianças passem a integrar grupos armados e cresçam na criminalidade. Infelizmente há meninas que, para além de todos os abusos, começam na prostituição muito precocemente. Uma prostituição sem qualquer educação sexual. Quando uma menina é destruída, é toda uma comunidade que é destruída. É a aldeia que é destruída. Muitos homens dirigem-se ao Parque Rond-Point, na zona do BDEGL, para abordar meninas de 14 ou 15 anos. Isto é um fenómeno muito sério e muito perigoso. É uma bomba relógio. É uma bomba que está aqui. O fenómeno das crianças que vivem nas ruas é um fenómeno congolês em todas as cidades. Se queremos intervir no Congo, devemos colocar a questão das crianças que vivem na rua em primeiro plano (um criminoso convertido pode tornar-se um grande pastor...). É realmente uma prioridade para o país.
- **E6 -** As crianças de rua em Goma são a consequência direta da situação difícil nesta região. Muitos perderam os seus pais como resultado de conflitos anteriores, e outros são agora alvo da criminalidade. Desde sequestros para serem usados como resgate, a vítimas de violação ou simplesmente usadas para roubos.